

MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

Relatório de Execução Financeira - 2012





Relatório de Execução Financeira 2012

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

FICHA TÉCNICA

Propriedade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 193 7005-514 Évora Tel.: 266 740 300 Fax: 266 706 562 Email: expediente@ccdr-a.gov.pt
Título	Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2012
Coordenação	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
Responsabilidade pela Execução Técnica	Carlos Rui de Lemos Neves Branco Divisão de Finanças Locais e Modernização
Concepção Gráfica	Filomena Avelar
Data	Outubro 2013

Índice

Parte I	7
Análise Regional	7
I.1 - Receitas Arrecadadas	7
I.2 - Impostos directos	10
I.3 - Outras receitas	12
I.4 - Compromissos (Despesa) e Capacidade para Pagar	16
I.5 - Despesa Paga	17
I.6 - Despesa com Pessoal	20
I.7 - Aquisição de Bens e Serviços	22
I.8 - Serviço da Dívida Bancária	23
I.9 - Aquisição de Bens de Capital	24
I.10 - Saldos	26
I.11 - Endividamento Municipal	30
I.12 - Fator Gerador de Dívida	33
I.13 - Liquidez Geral	34
I.14 - Balanço	35
I.15 - Demonstração de Resultados	37
I.16 - Indicadores de Gestão (a nível regional)	38
Parte II	49
Análise por Unidades Sub-Regionais	49
II.1 - Identificação das Unidades Sub-Regionais	49
II.2 - Indicadores de Gestão (a nível sub-regional)	50
II.3 - Indicadores de Gestão (Municípios Capitais de Distrito)	54
Anexo I	57



PARTE I - ANÁLISE REGIONAL

Apresenta-se, para este exercício (2012) o relatório síntese, sobre a caracterização e respetiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos) e, no que toca aos indicadores de gestão, também para as unidades sub-regionais, para as unidades segundo os níveis de população e para os municípios capitais de distrito do Continente.

Os dados que enformam este estudo provêm das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caracterizam-se por, uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial.

Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrigadas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

I.1 - RECEITAS ARRECADADAS

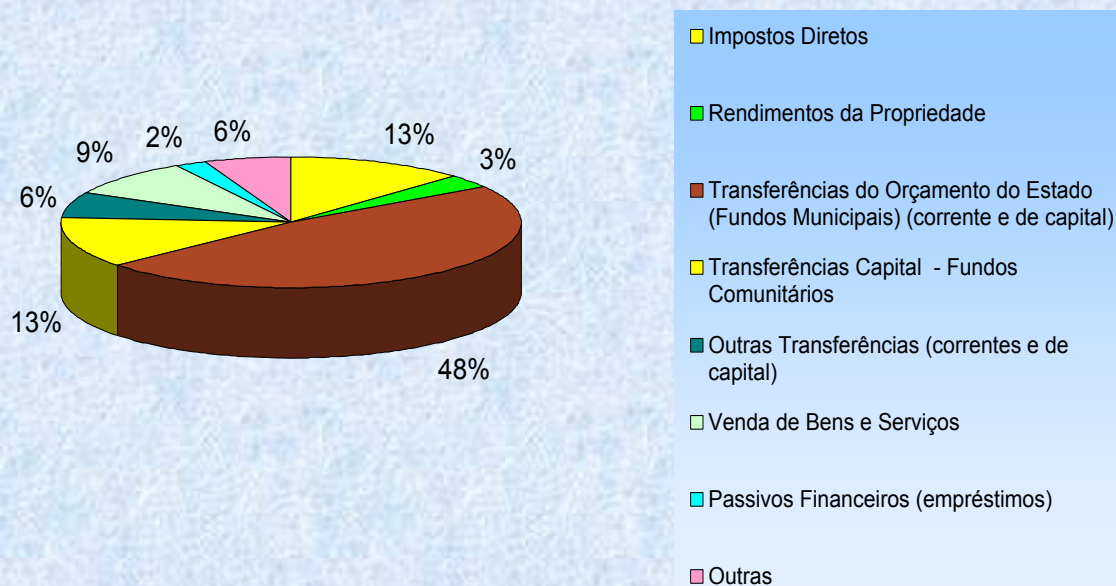
As receitas arrecadadas em 2012 (sem qualquer saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são analisadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (recebimentos) - Exercício de 2012		
Região Alentejo		
	Montante (€)	%
Impostos Directos	74.008.454,09	12,56
Impostos Indirectos	3.987.075,79	0,68
Taxas, Multas e Outras Penalidades	8.834.926,91	1,50
Rendimentos da Propriedade	19.826.070,22	3,37
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	182.416.215,44	30,97
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Outros	20.878.212,47	3,54
Transferências Correntes - Administração Pública Local	124.354,24	0,02
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	5.473.982,30	0,93
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	4.536.427,38	0,77
Transferências Correntes - Particular e outras	2.692.746,32	0,46
Venda de Bens e Serviços	53.518.030,00	9,08
Outras Receitas Correntes	6.267.446,48	1,06
Venda de Bens de Investimento	9.651.428,16	1,64
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	98.014.854,58	16,64
Transferências Capital - Administração Pública Central - Outros	1.531.033,45	0,26
Transferências Capital - Administração Pública Local	36.761,72	0,01
Transferências Capital - Administração Pública - Outros Entes Públicos	94.582,23	0,02
Transferências Capital - Fundos Comunitários	73.924.181,29	12,55
Transferências Capital - Particular e outras	2.323.436,21	0,39
Activos Financeiros	4.444.354,43	0,75
Passivos Financeiros	13.463.749,24	2,29
Outras Receitas de Capital	2.337.987,40	0,40
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	695.777,49	0,12
Total das Receitas	589.082.087,84	100,00
	118.100.355.134 Esc.	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2012

DSAJAL / DFLM

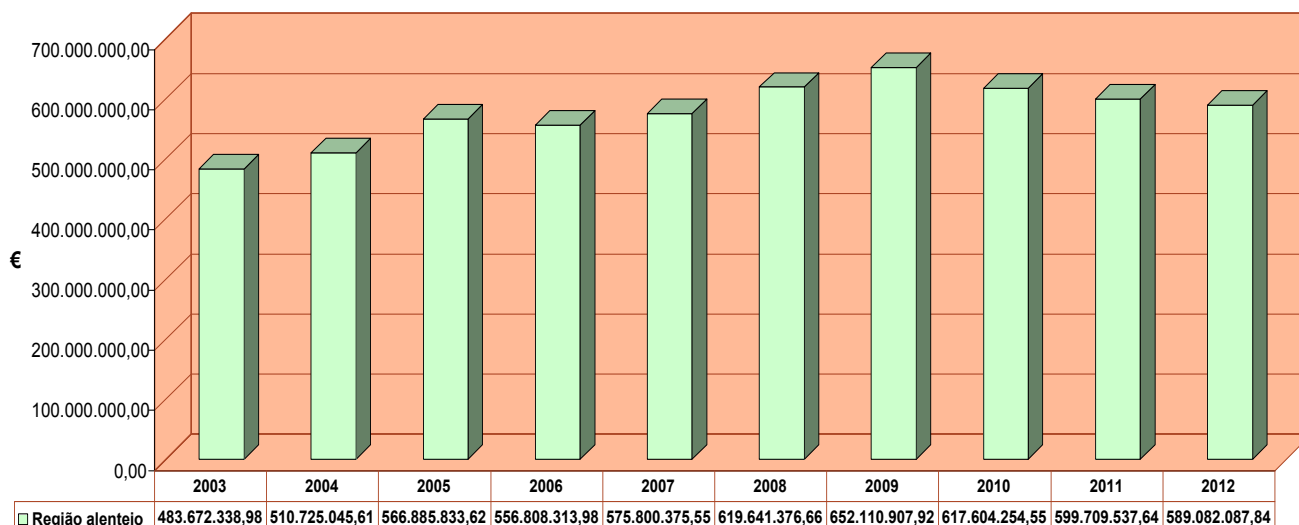
Gráfico nº 1
Composição das Receitas Arrecadadas em 2012



Da análise à composição interna referente a 2012, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes ilações:

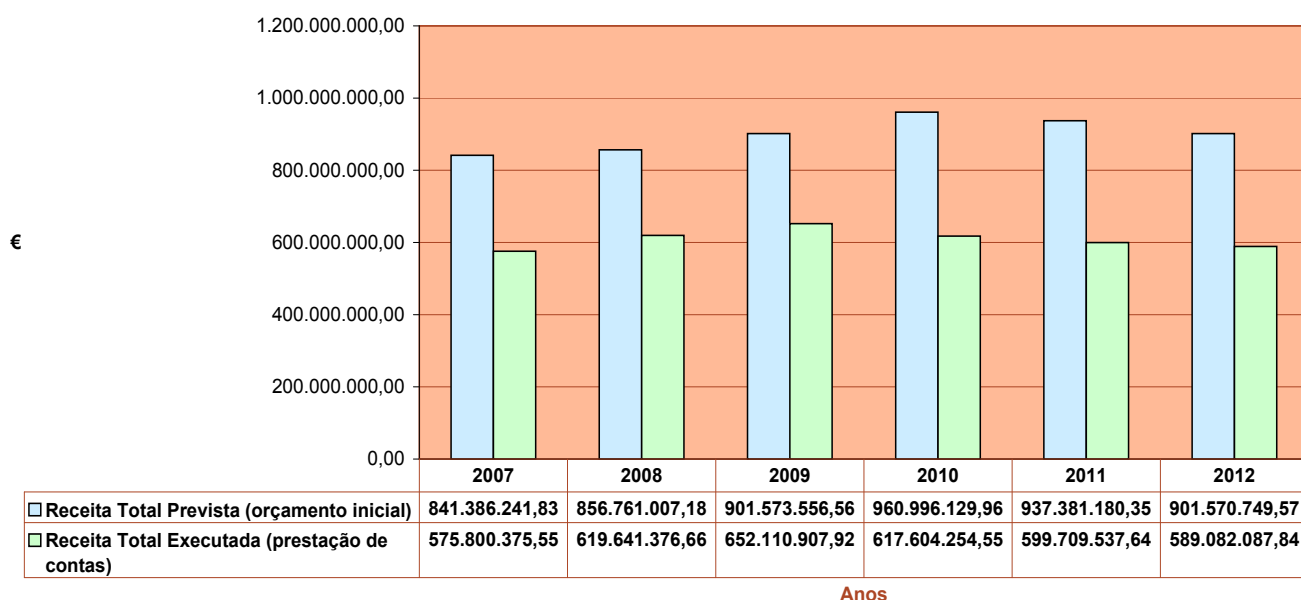
- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e capital), atingiu em 2012 os 280,4 milhões de euros, 47,61 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim significativamente dependentes do perfil definido na lei de finanças locais;
- As transferências de fundos comunitários (correntes e de capital) são a segunda fonte de receita, com o recebimento de 78,4 milhões de euros (13,32 % do total) encontrando-se este tipo de receita dependente da capacidade dos municípios em candidatar, obter financiamento e realizar o seu investimento frente aos diversos programas de financiamento;
- Em terceiro lugar vem os impostos diretos, com o recebimento de 74 milhões de euros (12,56 % do total);
- A seguir, no elenco das principais receitas de 2012, vem a venda de bens e serviços, com uma participação de 53,5 milhões de euros (9,08 % do total).

Gráfico nº 2 - Receita Total



Ao analisar o gráfico nº 2 evidencia-se o decréscimo consecutivo da receita total nos últimos anos, em termos de recebimento, decréscimo este que se vem notando desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado do período (652 milhões de euros). De 2009 para 2012, a região já perdeu 9,67 % no que toca ao total de recebimentos.

Gráfico nº 3 - Execução da Receita Total Prevista



O gráfico nº 3 mostra-nos o nível de execução da receita total relativamente ao documento previsional inicial, para o período de 2007/2012. Refira-se a baixa taxa de execução da receita prevista, que oscilou entre o valor mínimo de 63,98 % em 2011 e 72,33 % em 2009, o que vai caracterizar os orçamentos municipais (a sua agregação regional) como pouco aderentes à realidade, ou seja, sobrevalorizados, complicando seriamente a execução financeira do exercício.

Quadro nº 2 - Capacidade de Cobrança

	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2011	31.545.564,67	621.292.953,26	598.436.509,41	91,67
2012	45.047.710,92	594.489.851,21	587.549.456,41	91,87
Var%	42,80	-4,31	-1,82	

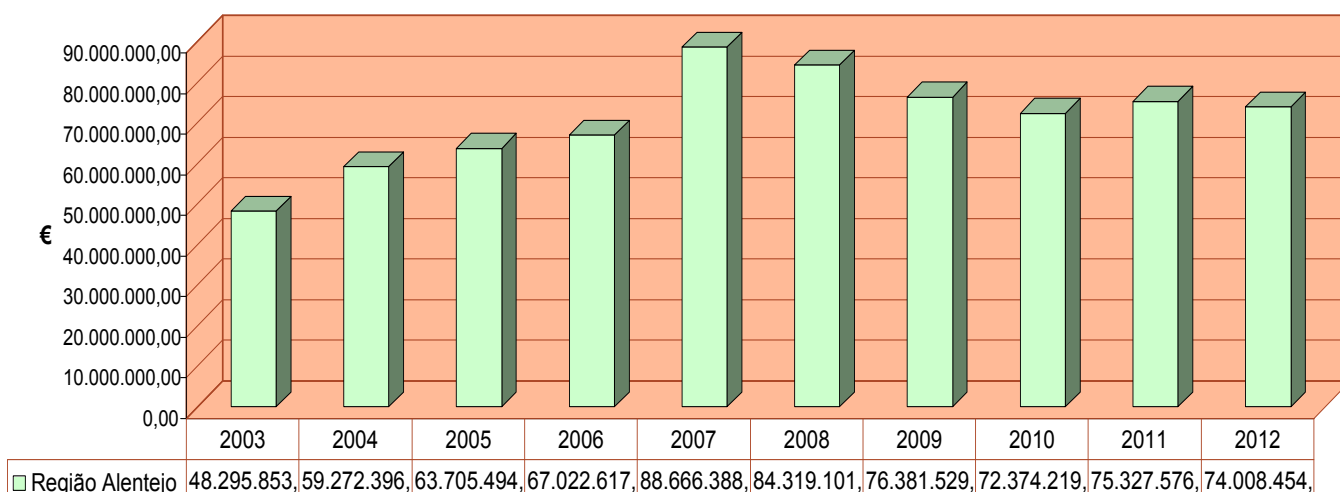
Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2012

DSAJAL / DFLM

No quadro nº 2 é-nos apresentada a capacidade das administrações municipais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, em cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança, apresenta para 2011 e 2012 uma taxa de 91 %, com uma diferença de 20 décimas entre os dois anos, registando neste período uma evolução positiva dessa capacidade. Regista-se, de 2011 a 2012, um aumento de 42,80 % da receita por cobrar, uma diminuição da receita liquidada de 4,31 % e uma menor quebra na receita cobrada de 1,82 %.

I. 2 - IMPOSTOS DIRETOS

Gráfico nº 4 - Impostos Diretos



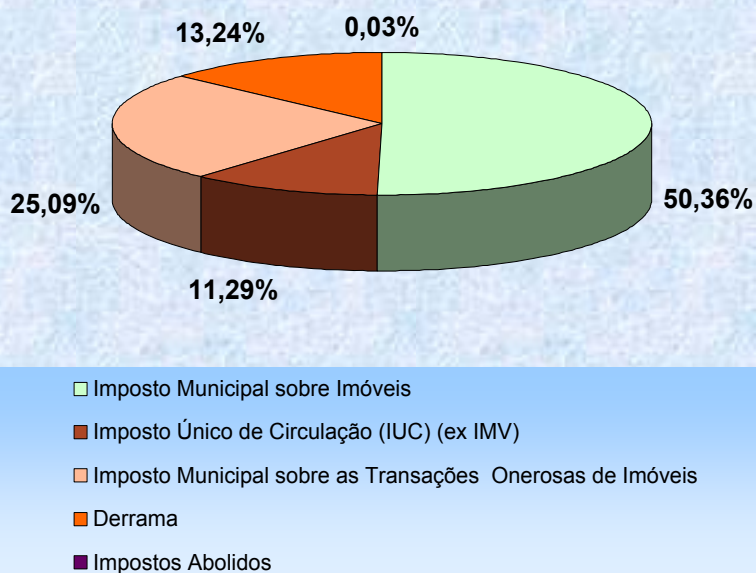
O gráfico nº 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2003 a 2012. Este período apresenta-nos uma fase de crescimento (de 2003 ao ano de 2007), este ano com a maior receita arrecadada no período (88,7 milhões de euros). Segue-se um período de decréscimo fiscal contínuo (de 2007 a 2010). Nos últimos exercícios apresenta-se uma fase de instabilidade, com um crescimento em 2011 e uma perda em 2012 de 1 319 122 euros (- 1,75 %).

Quadro nº 3 - Impostos Diretos Municipais (recebimentos) 2012

Região Alentejo			
	2012		
	(€)	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	37.273.091,29	50,36	6,33
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	8.354.419,92	11,29	1,42
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	18.565.956,00	25,09	3,15
Derrama	9.795.525,54	13,24	1,66
Impostos Abolidos	19.461,34	0,03	0,00
Total Impostos Diretos	74.008.454,09	100,00	12,56
Total das Receitas	589.082.087,84		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2012
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 5 - Composição dos Impostos Diretos (2012)

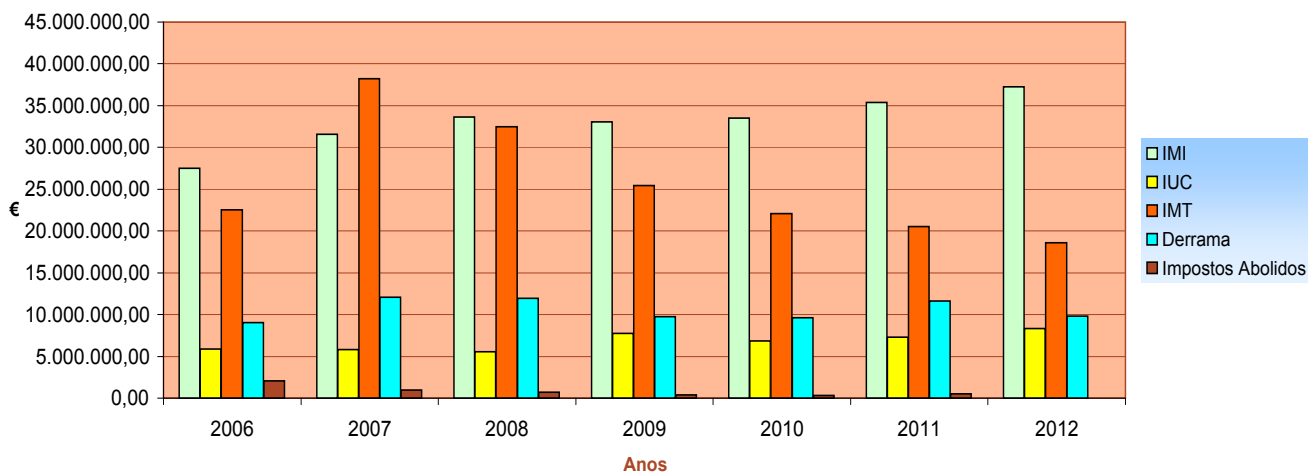


Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 5, refira-se que em 2012 foi arrecadado 74 milhões de euros de impostos diretos (12,56 % do total). Em termos de composição interna, em 2012, o imposto com maior arrecadação foi o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 37,3 milhões de euros (50,36 % do total dos impostos diretos), em segundo lugar regista-se o imposto municipal sobre transações (IMT) com uma arrecadação de 18,6 milhões de euros (25,09 % do total dos impostos), seguido da derrama com 9,8 milhões de euros (13,24 % do total). Por fim, vem o imposto único de circulação (IUC), com 8,4 milhões de euros (11,29 % de participação).

O gráfico nº 6 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. Registando-se um crescimento consecutivo do IMI de 2009 a 2012 e uma queda contínua, desde 2007, do IMT. Denote-se a importância da arrecadação da derrama no contexto dos impostos diretos em todo o período.

Tendo como referência a posição actual, ainda assim marcante, dos recebimentos do IMT e da derrama nas finanças municipais, tem de ser bem pensada a forma de evitar o impacto negativo que a actual reforma fiscal (no âmbito do IMT e derrama) trará para a receita fiscal da Região.

Gráfico 6 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

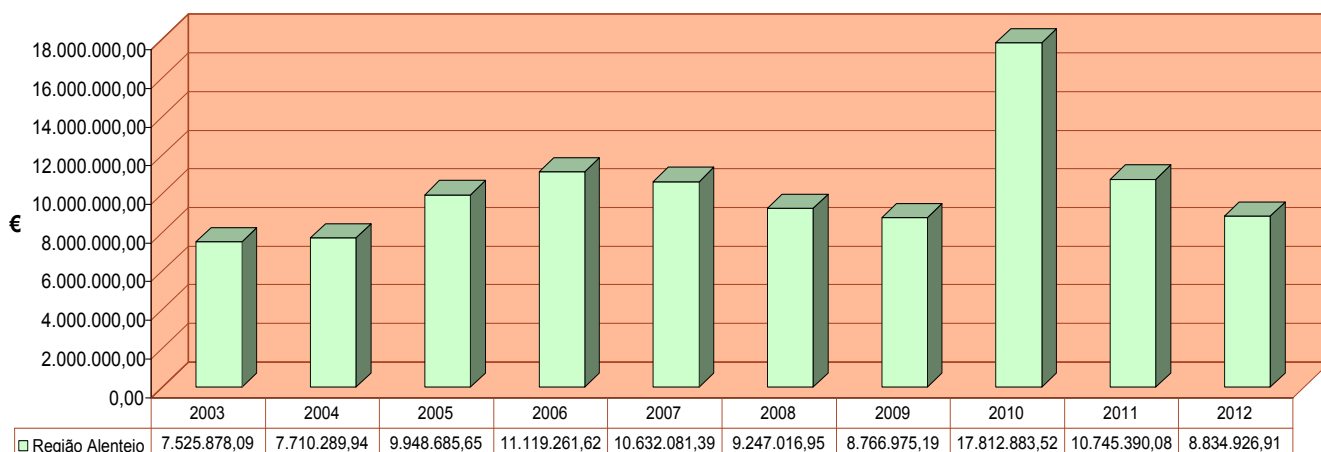


1.3 - OUTRAS RECEITAS

● TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Este tipo de receita apresentou um crescimento em 2011, contrariando a linha de queda de 2006 a 2009, não contando com o montante excecional registado em 2010, ano este que contraria o perfil normal de arrecadação desta receita.

Gráfico nº 7 - Taxas, Multas e Outras Penalidades

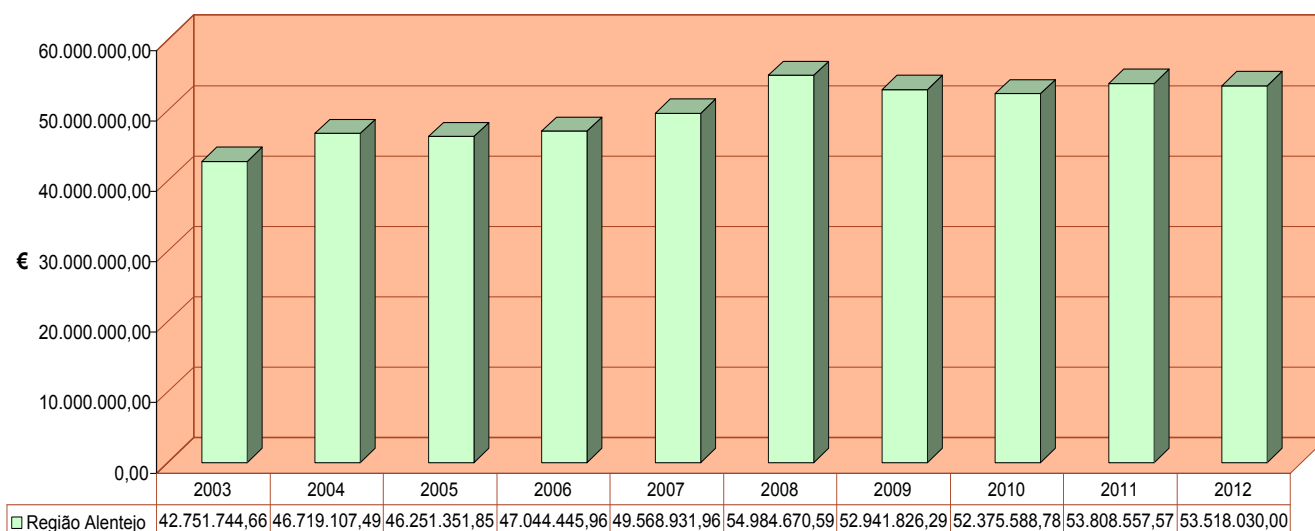


Contudo, as taxas, multas e outras penalidades apresentaram um decréscimo para 2012, com algum significado, menos 1 910 464 euros, (- 17,78 %).

● VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços (gráfico nº 8) tem-se mostrado irregular no período de análise, registando-se um decréscimo de 2008 a 2010, contrapondo-se um ligeiro acréscimo de 2010 para 2011 e uma quase estabilização em 2012, tendo contudo registado uma ligeiríssima diminuição neste ano da ordem de 0,54 %.

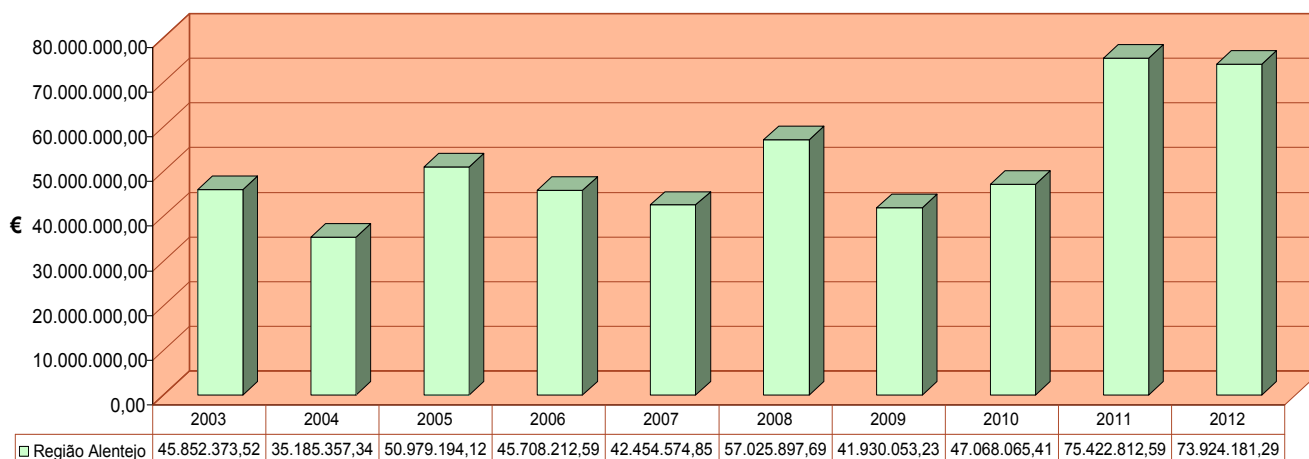
Gráfico nº 8 - Venda de Bens e Serviços



● FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

Este tipo de recebimento (gráfico nº 9) tem tido, no geral, uma evolução irregular e cíclica no período de 2003/2012. No período de 2009 para 2011 esta receita tem vindo a registar uma evolução de crescimento, em especial, de 2010 para 2011, com um acréscimo de 28,4 milhões de euros (60,24 %), constituindo-se este ano de 2011 no exercício com o montante mais elevado no período. De 2011 para 2012, esta receita sofreu um ligeiro decréscimo, calculado em 1 498 631 euros, ou seja, uma quebra de 1,99 %.

Gráfico nº 9 - Fundos Comunitários (de capital)

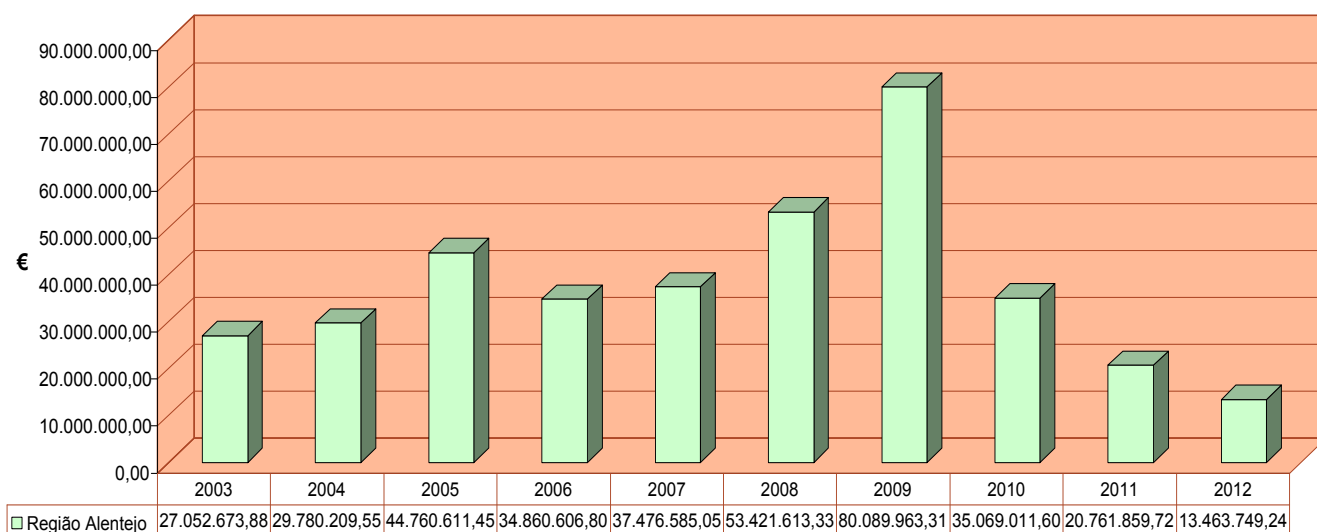


● PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS)

Analisando o quadro e gráficos seguintes é possível respigar as seguintes observações:

- Antes demais, refira-se que este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:
 - Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objecto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
 - Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.
- Em termos de recebimento global, vide gráfico nº 10, a contracção de empréstimos registou, no período de 2003 a 2012, três ciclos evolutivos:
 - Um, de 2003 a 2005 de crescimento contínuo, mais forte em 2005;
 - Outro, de 2006 a 2009, também de acréscimos contínuos e firmes até 2009 (ano de maior contracção de empréstimos em todo o período) com uma arrecadação recorde de 80 milhões de euros;
 - Por último, um período de 2009 a 2012 de contínuo decréscimo de receita, com maior expressão de 2009 a 2010, com uma descida de 56,21 %;
 - Em 2012, com um recebimento de 13,4 milhões de euros, ano que se atingiu o valor mais baixo de todo o período, registou-se, em relação a 2011, uma quebra de 35,15 %;
 - Refira-se que, a receita creditícia teve um recuo de 2009 a 2012 da ordem dos 66,6 milhões de euros, (- 83,19 %), resultante de uma menor oferta de crédito e das normas legais mais apertadas no controlo ao endividamento bancário.

Gráfico nº 10 - Passivos Financeiros (empréstimos)



- No quadro 4 e gráfico nº 11 observa-se que os créditos de médio e longos prazos têm tido muito maiores decréscimos do que os de curto prazo (de 2009 a 2012). Os primeiros tiveram uma quebra de 2011 a 2012 da ordem dos 49 %. Refira-se, também, que a relação entre os empréstimos de médio e longo prazos e os de curto prazo, alterou-se em 2012, sendo agora estes a sobreporem-se aos primeiros, em termos de arrecadação. Em 2009 os empréstimos de médio e longo prazos eram 85,26 % do total de crédito obtido, no entanto, em 2012, esta relação era já de apenas 44,45 %.

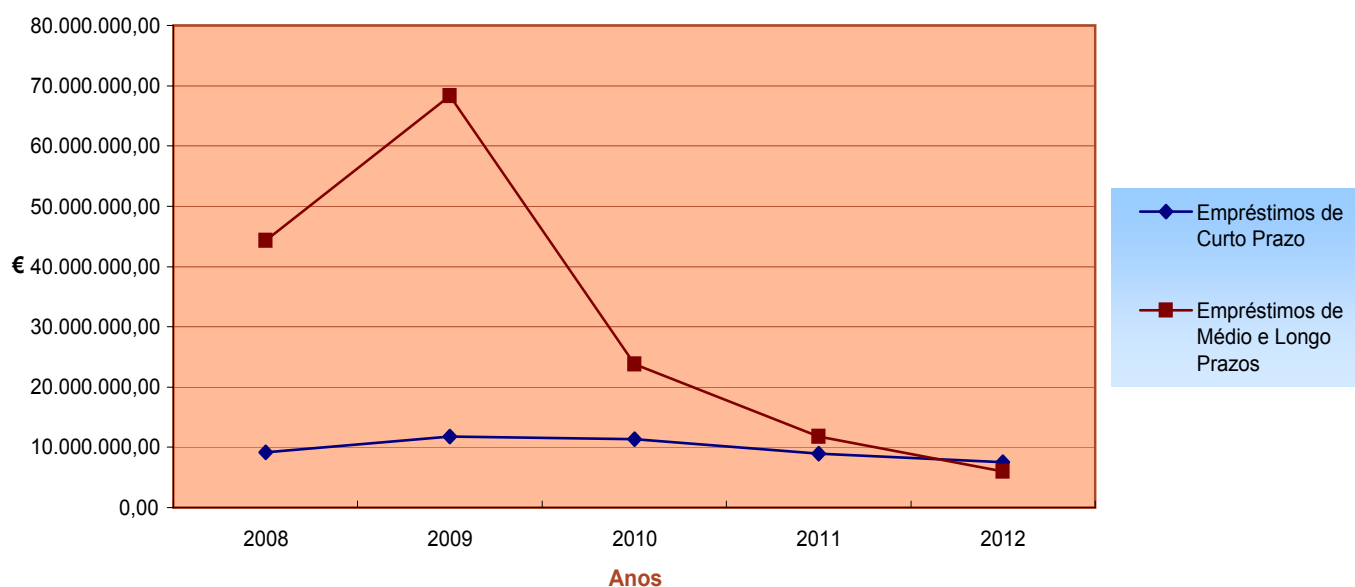
Quadro nº 4 - Receita Desagregada proveniente dos Passivos Financeiros (empréstimos)

Região Alentejo									
	2008	2009		2010		2011		2012	
	Montante	Montante	Var %	Montante	Var %	Montante	Var %	Montante	Var %
Empréstimos de Curto Prazo	9.157.931,74	11.808.472,89	28,94	11.324.000,00	-4,10	8.988.750,34	-20,62	7.478.530,00	-16,80
Empréstimos de Médio e Longo Prazos	44.263.681,59	68.281.490,42	54,26	23.745.011,30	-65,22	11.773.109,38	-50,42	5.985.219,24	-49,16
Total dos Passivos Financeiros (Empréstimos)	53.421.613,33	80.089.963,31	49,92	35.069.011,30	-56,21	20.761.859,72	-40,80	13.463.749,24	-35,15

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 11 - Evolução dos Empréstimos Contraídos



I.4 - COMPROMISSOS (DESPESA) E CAPACIDADE PARA PAGAR

Quadro nº 5 - Composição dos Compromissos							
	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164.835.300,29	16,79	707.516.486,98	72,05	109.643.200,18	11,17	981.994.987,45
2012	191.455.167,59	20,47	568.060.947,41	60,72	175.989.316,23	18,81	935.505.431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2012
 DSAJAL / DFLM

O quadro nº 5 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza. No que se refere à evolução de 2011 para 2012, mostra-se que, os compromissos por pagar do ano anterior tiveram um crescimento de 16,15 %, ou seja, mais 26,6 milhões de euros, os compromissos assumidos no exercício sofreram um decréscimo de 19,71 % e, significativamente, os compromissos para exercícios futuros sofreram um crescimento de 60,51 %. Saliente-se, com alguma preocupação, a evolução do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para os 18,81 % em 2012, comprometendo-se, desde já, os próximos exercícios.

Quadro nº 6 - Capacidade para Pagar					
	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€) (1)	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€) (2)	Total dos Compromissos para o Exercício (€) (3 = 1+2))	Despesa Paga (€) (4)	(4)/(3) %
2011	164.835.300,29	707.516.486,98	872.351.787,27	587.233.962,47	67,32
2012	191.455.167,59	568.060.947,41	759.516.115,00	582.025.412,69	76,63
Var%	16,15	-19,71	-12,93	-0,89	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2012
 DSAJAL / DFLM

O quadro nº 6 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos por pagar transitados e os compromissos do exercício, a esta relação titulouse-se como capacidade para pagar. A evolução de 2011 para 2012 mostra-nos uma evolução positiva, passando de uma taxa de 67,32 % para 76,63 %, contudo, era aconselhável que se alcance taxas superiores, mostrando assim que as administrações municipais têm capacidade em conseguir honrar os seus compromissos, pagando-os.

I.5 - DESPESA PAGA

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2012, a evolução da despesa total no período 2003/2012 e a relação entre a despesa paga em 2011/2012 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

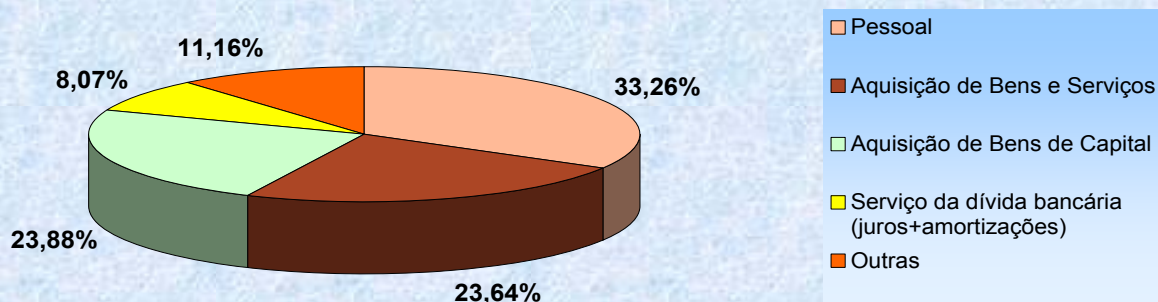
Assim:

- No exercício de 2012, as maiores despesas foram relativas a:
 - Pessoal (193,6 milhões de euros);
 - Aquisição de bens de capital (138,9 milhões de euros);
 - Aquisição de bens e serviços (137,6 milhões de euros);
 - O serviço da dívida relativa ao crédito (juros + amortizações) atingiu os 46,9 milhões de euros.

Quadro nº 7 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2012		
Região Alentejo		
	Montante (€)	%
Pessoal	193.554.804,84	33,26
Aquisição de Bens e Serviços	137.590.300,25	23,64
Transferências Correntes	32.780.557,30	5,63
Encargos Financeiros (Juros)	8.466.243,94	1,45
Subsídios	4.312.537,75	0,74
Outras Despesas Correntes	8.725.014,43	1,50
Aquisição de Bens de Capital	138.962.270,06	23,88
Transferências de Capital	17.409.980,38	2,99
Ativos Financeiros	142.586,27	0,02
Passivos Financeiros (Amortizações)	38.490.791,42	6,61
Outras Despesas de Capital	1.590.326,05	0,27
Total das Despesas	582.025.412,69	100,00
	116.685.618.787 Esc.	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2012
 DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 12 - Composição das Principais Despesas - 2012



No que toca à evolução temporal da despesa global, o gráfico 13 mostra-nos um decréscimo contínuo desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado de pagamentos totais, com o montante de 660 milhões de euros, até 2012. De 2009 a 2012 a Região despendeu menos de 78 milhões de euros, ou seja um decréscimo de 11,83 %. De 2011 a 2012 registou-se uma quebra de 0,89 %, menos 5,2 milhões de euros.

Gráfico nº 13 - Despesa Total

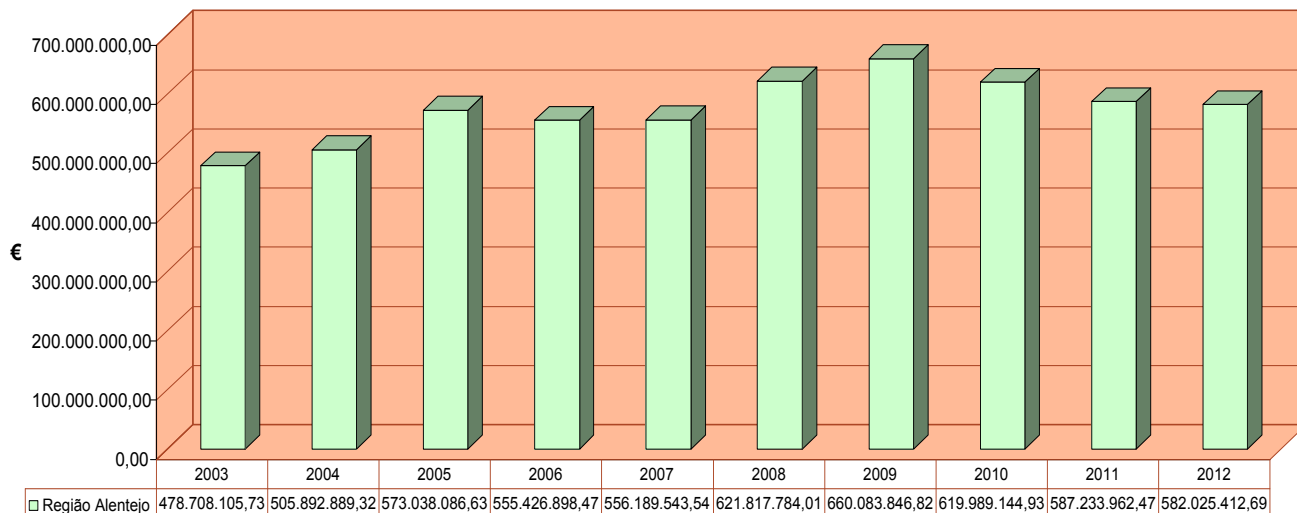
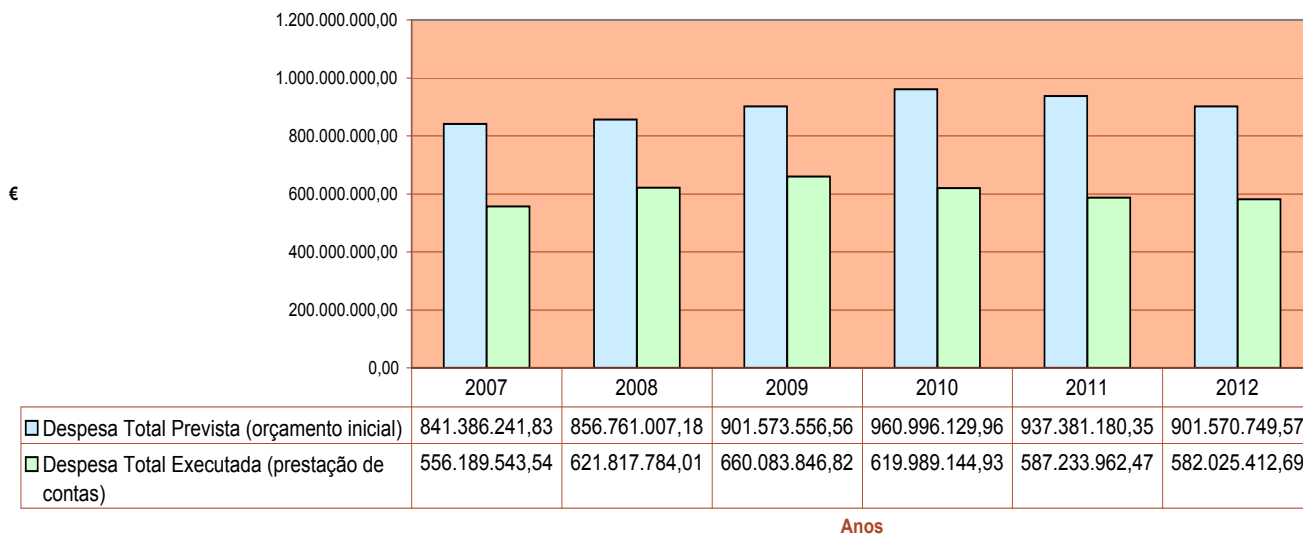


Gráfico nº 14 - Execução da Despesa Total Prevista



O gráfico nº 14 mostra-nos a execução da despesa prevista em orçamento, evidenciando uma não aderência à realidade financeira, tal como se viu nas receitas, demonstrando a fragilidade dos documentos de previsão, sendo necessário, para o futuro, corrigir esta fragilidade, elaborando com maior rigor e realismo os orçamentos (receitas/despesas), como a lei exige, sendo esses, documentos imprescindíveis a uma boa gestão financeira municipal. As taxas de execução também variam, do seu valor mínimo de 62,65 % em 2011, até ao seu valor máximo de 73,21 % em 2009.

Se relacionarmos a despesa paga num exercício, relativa a despesa emergente em exercícios anteriores, com o global da despesa paga nesse exercício, dados do quadro nº 8 e gráfico nº 15, consistindo no pagamento de dívida de exercícios anteriores, para uma amostra de 72 % dos municípios da região, observa-se um decréscimo desta relação, de 15,35 % em 2009 para 10,80 % em 2012. No que se refere a este exercício, para um nível de 46 municípios, a relação atinge os 13,20 %.

Quadro nº 8 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo

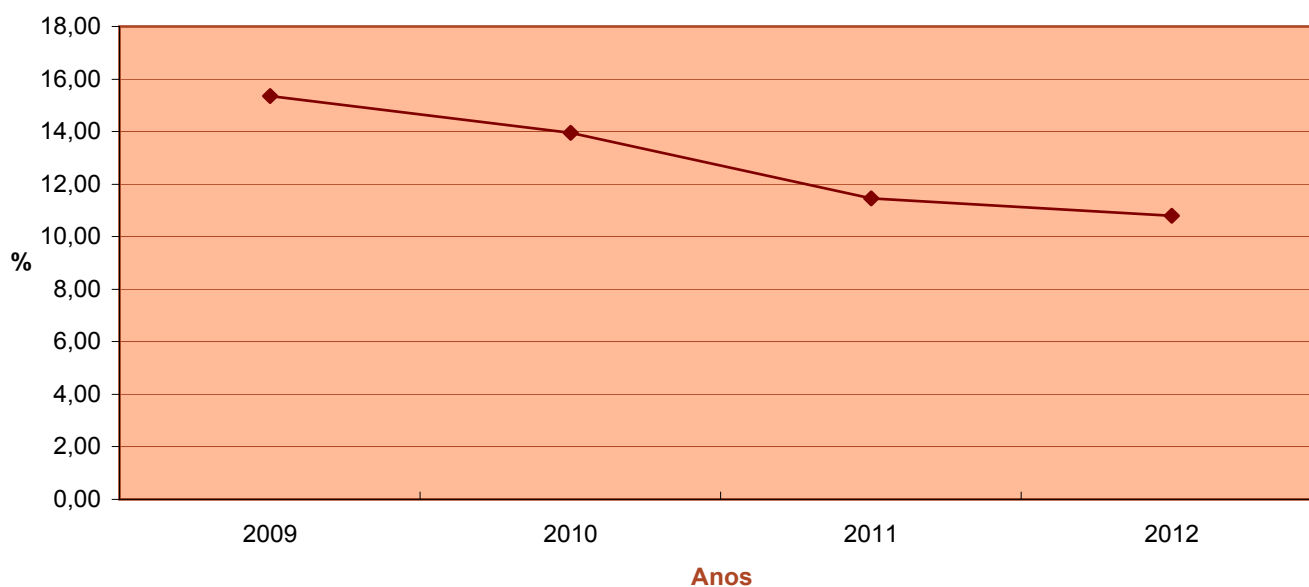
	TOTAL (corrente+capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 *	478.568.498,41	405.132.070,18	73.436.428,23	15,35
2010 *	421.524.775,24	362.664.897,56	58.859.877,68	13,96
2011 *	418.906.960,43	370.901.204,93	48.005.755,50	11,46
2012 *	415.063.324,63	370.247.027,76	44.816.296,87	10,80
2011 **	541.558.758,25	478.890.423,41	62.668.334,84	11,57
2012 ***	564.791.598,92	490.240.089,34	74.551.509,58	13,20

Fonte:

- * Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 4 anos (72,34 % da Região)
- ** Prestações de Contas de 44 municípios (93,61 % da Região)
- *** Prestações de Contas de 46 municípios (97,87 % da Região)

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 15 - Relação Entre Despesa Paga Referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga



I. 6 - DESPESA COM PESSOAL

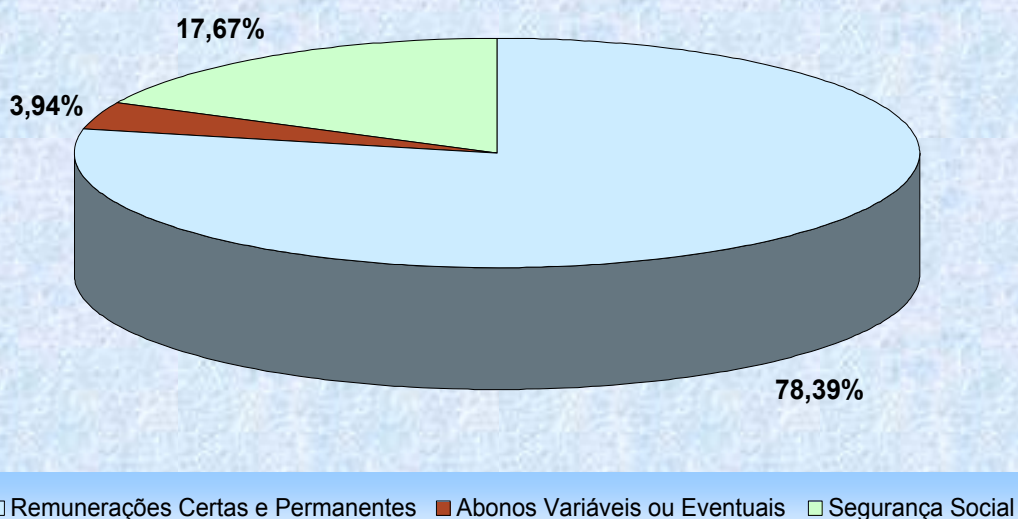
Quadro nº 9 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2012

Região Alentejo			
	2012		
	(€)	%	%
Remunerações Certas e Permanentes	151.730.870,52	78,39	26,07
Abonos Variáveis ou Eventuais	7.628.595,25	3,94	1,31
Segurança Social	34.195.339,07	17,67	5,88
Total das Despesas com Pessoal	193.554.804,84	100,00	33,26
Total das Despesas	582.025.412,69		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2012
DSAJAL / DFLM

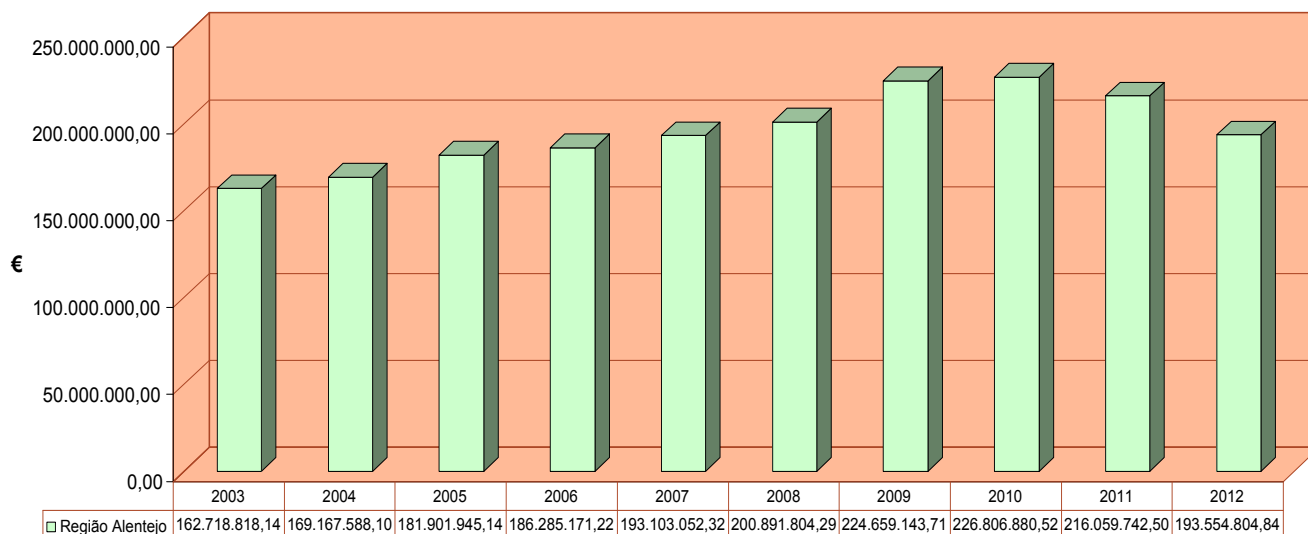
Neste exercício de 2012 a administração municipal pagou, em termos de despesa com pessoal, 193,6 milhões de euros, 33,26 % do total desta despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária cabe às remunerações certas e permanentes com 151,7 milhões de euros (78,34 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 17,67 % de participação.

Gráfico nº 16 - Composição das Despesas com o Pessoal (2012)



No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2003/2012, esta apresentou um crescimento contínuo e firme entre 2003 a 2010 (ano em que atingiu o pico mais elevado de pagamento) no valor de 226 milhões de euros. De 2010 para 2012 registou-se uma fase de decréscimos, mais importante entre 2011/2012 com uma quebra de 22,5 milhões de euros, (- 10,42 %).

Gráfico nº 17 - Despesas com o Pessoal



O quadro nº 10 mostra-nos a evolução da despesa com o pessoal desagregada, entre 2008 e 2012, podendo-se respigar as seguintes observações:

- O total da despesa teve um crescimento de 6,15 % de 2008 para 2009, iniciando em seguida um período de sucessivos decréscimos entre 2010 a 2012, cada vez menores, quebras essas calculadas em - 6,07 %, - 5,28 % e - 0,89 %, respetivamente;
- No que toca à evolução da despesa com o pessoal, esta teve um crescimento de 11,83 % de 2008/2009, passando por uma fase de estabilização, com um acréscimo de 0,96 % entre 2009/2010, passando para a fase de decréscimos de 4,7 % em 2011 e, por fim, uma variação significativa de - 10,42 % em 2012 devido, entre outros factores, a medidas restritivas de impacto salarial;
- As remunerações certas e permanentes, a componente maioritária da despesa com pessoal, teve uma dinâmica semelhante à evolução da despesa de pessoal;
- No que se refere aos abonos variáveis ou eventuais, estes tiveram um acréscimo de 6,5 % em 2008/2009, com decréscimos progressivos e cada vez mais profundos, nos anos seguintes, com taxas de variação de -9,34 %, -15,92 % e -22,87 %, respetivamente;
- A segurança social registou um crescimento de 13,30 % entre 2008/2009, repetindo a fase de crescimento agora de 7,93 % para 2010 e evoluindo para uma fase de quebras sucessivas e crescentes de -5,67 % para 2011 e - 7,02 % em 2012.

Quadro nº 10 - Evolução da Composição da Despesa com Pessoal (pagamentos)

Região Alentejo

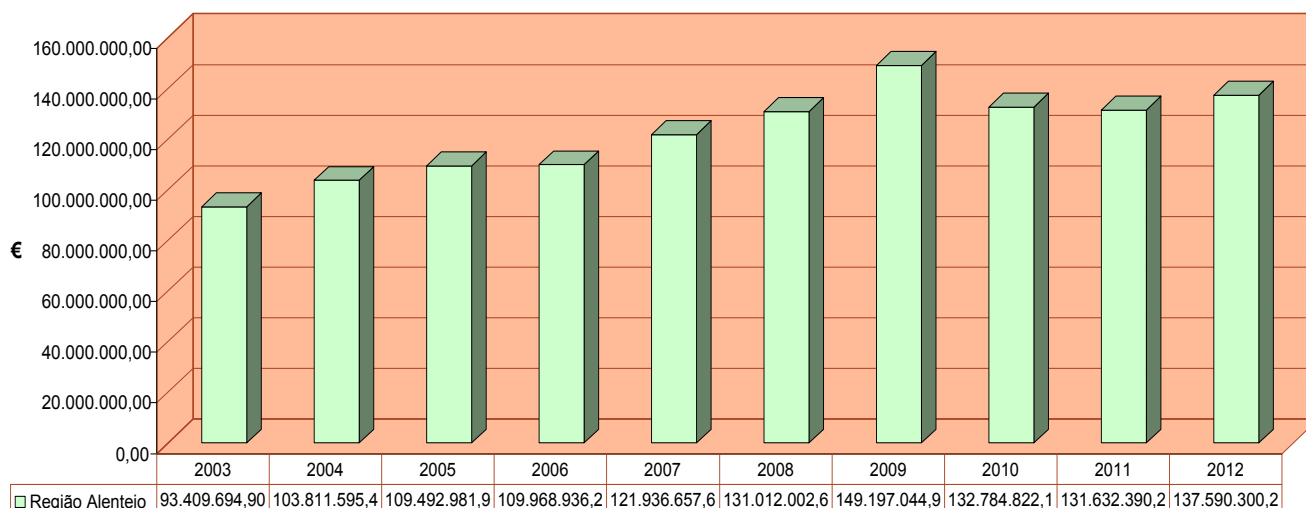
	2008	2009	Varição	2010	Varição	2011	Varição	2012	Varição
	(€)	(€)	%	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Remunerações Certas e Permanentes	156.830.605,93	175.563.218,83	11,94	176.056.867,23	0,28	169.393.622,51	-3,78	151.730.870,52	-10,43
Abonos Variáveis ou Eventuais	12.181.529,54	12.975.408,11	6,52	11.763.407,96	-9,34	9.890.921,36	-15,92	7.628.595,25	-22,87
Segurança Social	31.879.668,82	36.120.516,77	13,30	38.986.605,34	7,93	36.775.198,63	-5,67	34.195.339,07	-7,02
Total das Despesas com Pessoal	200.891.804,29	224.659.143,71	11,83	226.806.880,52	0,96	216.059.742,50	-4,74	193.554.804,84	-10,42
Total das Despesas	621.817.784,01	660.083.846,82	6,15	619.989.144,93	-6,07	587.233.962,47	-5,28	582.025.412,69	-0,89

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012

DSAJAL / DFLM

I.7 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Gráfico nº 18 - Aquisição de Bens e Serviços



No que se refere à evolução deste tipo de despesa, ela mostra nos últimos anos um decréscimo desde 2009, mais acentuado entre 2009/2010 (-11,00 %) e uma quase estabilização para 2011, com uma variação de (-0,87 %) e uma perda de 1,1 milhões de euros, contudo, em 2012, o pagamento desta despesa volta a crescer 5,9 milhões de euros (4,53 %).

Quadro nº 11 - Aquisição de Bens e Serviços - despesa paga

Região Alentejo

	TOTAL (€)	Aquisição de Bens (€)	%	Aquisição de Serviços (€)
2010	132.784.822,18	35.420.286,90	26,67	97.364.535,28
2011	131.632.390,29	36.428.583,44	27,67	95.203.806,85
Var %	-0,87	2,85		-2,22
2012	137.590.300,25	39.616.868,95	28,79	97.973.431,30
Var %	4,53	8,75		2,91

Fonte. Prestações de Contas dos 47 municípios referente a 2010 e 2012

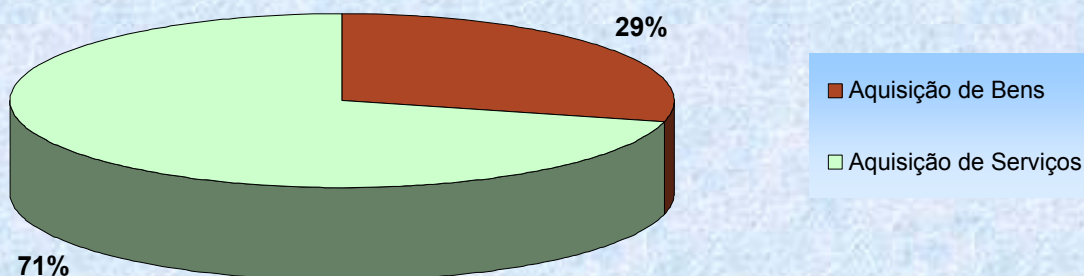
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 11 e o gráfico nº 18 mostram-nos dois tipos de informação:

- De 2010 para 2011, o montante global da aquisição de bens e serviços decresceu muito ligeiramente (- 0,87 %), enquanto que em 2012, como atrás se refere, cresceu 4,53 %;
- A componente de aquisição de bens aumentou entre 2010/2011 2,85 %, registando um aumento com significado em 2012 com uma taxa de 8,75 %;

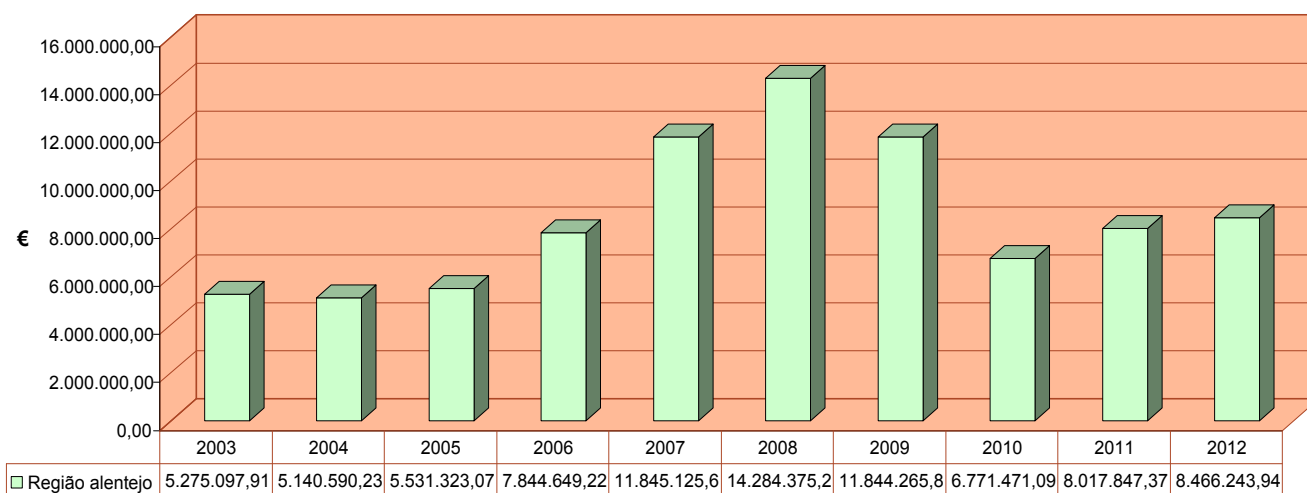
- A parcela de aquisição de serviços decresceu 2,22 % de 2010/2011, apresentando um aumento para o ano seguinte de 2,91 %;
- Do total da rubrica (aquisição de bens e serviços) a parcela adstrita à aquisição de bens oscilou, de forma crescente, entre 26,67 % (2010) a 28,79 % (2012), mostrando que os municípios continuam a adquirir, externamente, maioritariamente serviços.

Gráfico nº 19 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2012



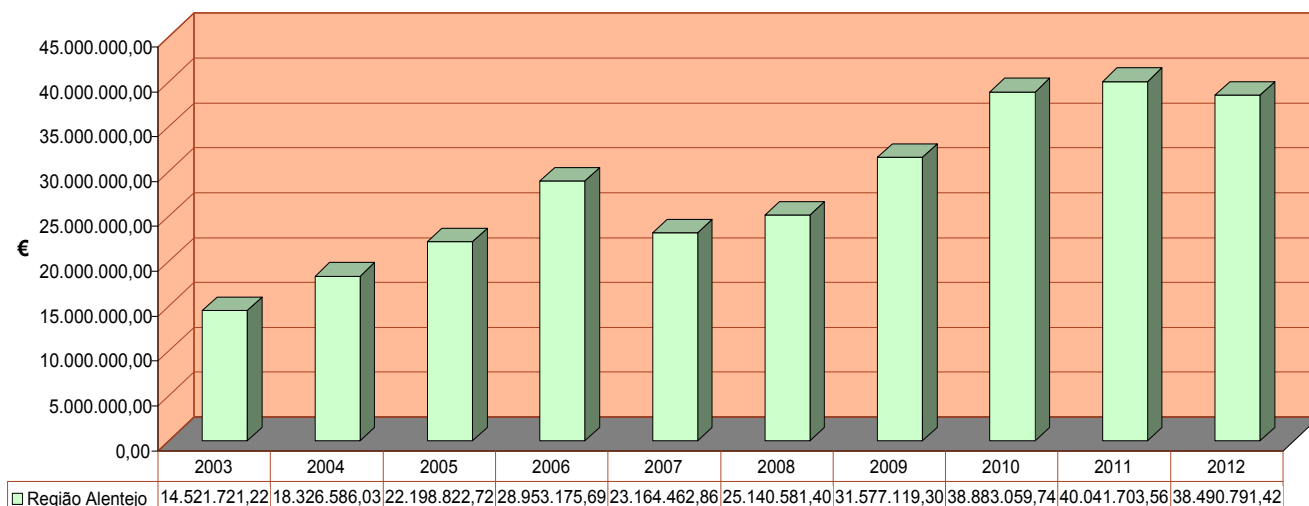
I. 8 - SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

Gráfico nº 20 - Encargos Financeiros (juros)



No que toca à despesa paga através dos juros de empréstimos notamos um segundo ciclo de subida, após um ciclo longo de acréscimos (de 2004 até 2008), ao qual se sucedeu um período de descidas (de 2008 até 2010). De 2010 a 2012 a rubrica de juros subiu 1, 6 milhões de euros (25,03 %).

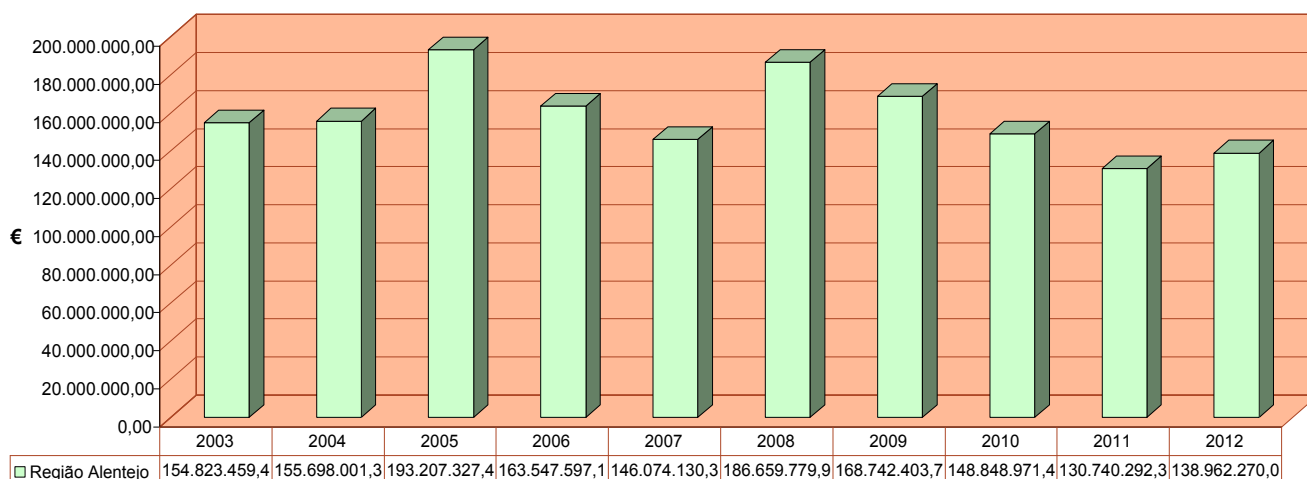
Gráfico nº 21 - Passivos Financeiros (amortizações)



No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 21), observa-se um contínuo crescimento de 2007 até 2011, contudo, essa tendência foi invertida em 2012, com uma quebra de 1,5 milhões de euros (- 3,87 %).

I. 9 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Gráfico nº 22 - Aquisição de Bens de Capital



A aquisição de bens de capital (vide gráfico supra) tem mostrado os seguintes ciclos de evolução:

- Um primeiro ciclo, de crescimento, de 2003 a 2005, ano que atingiu o valor máximo do período de análise;
- O segundo ciclo, de decréscimo (de 2005 a 2007), crescendo em 2008 (segundo montante máximo do período);

- Terceiro ciclo, de 2008 a 2011, de decréscimos sucessivos, registando neste ano o valor mais baixo de todo o período de análise;
- Por último, indicia-se um quarto ciclo, em 2012, com um crescimento de 8,2 milhões de euros e 6,29 % de variação.

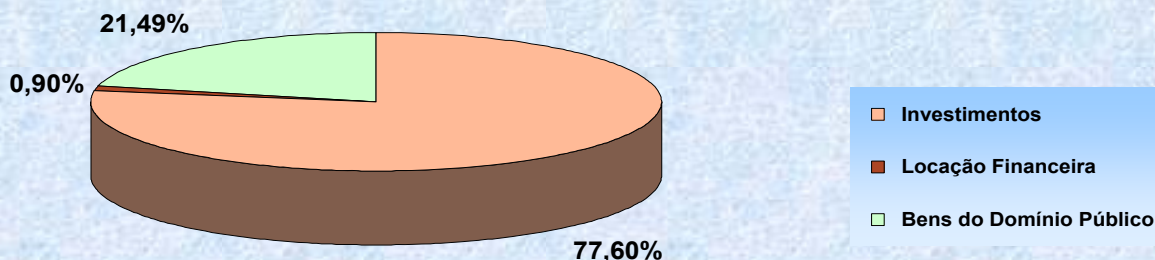
O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da composição da aquisição de bens de capital de 2010 a 2012. No que toca às grandes componentes da aquisição de bens de capital (ver quadro nº 12 e gráfico nº 23), o mais significativo é o investimento, com quotas de 76,41 % em 2010, 73,14 % em 2011 e 77,60 % em 2012, seguido dos bens de domínio público com quotas de participação que rondam os 21 a 25 %. De 2011 a 2012 regista-se um crescimento de 12,77 % nos investimentos, acompanhada por uma quebra nos bens por locação financeira na ordem dos 9,42 % e uma quebra de 11,45 % nos bens de domínio público.

Quadro nº 12 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - despesa paga

Região Alentejo								
	2010		2011		Var %	2012		Var %
	€	%	€	%		€	%	
Total da Aquisição de Bens de Capital	148.848.971,46	100,00	130.740.292,38	100,00	-12,17	138.962.300,06	100,00	6,29
Investimentos	113.740.607,73	76,41	95.626.307,10	73,14	-15,93	107.840.612,42	77,60	12,77
Locação Financeira	1.770.754,68	1,19	1.385.980,67	1,06	-21,73	1.255.423,58	0,90	-9,42
Bens do Domínio Público	33.337.609,05	22,40	33.728.004,61	25,80	1,17	29.866.264,06	21,49	-11,45

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2012
DJASAL/DFLM

Gráfico nº 23 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - 2012

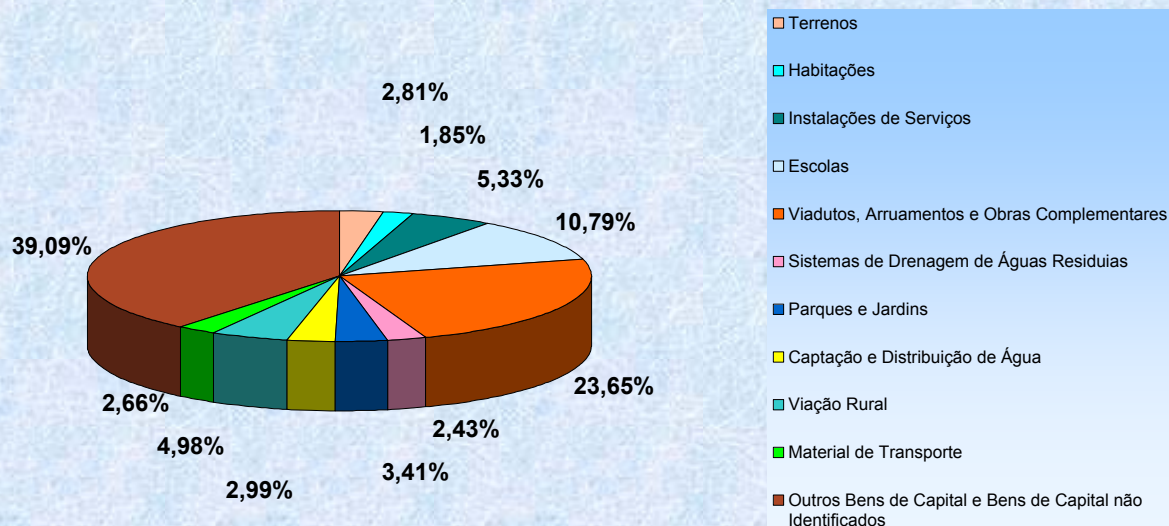


Quadro nº 13 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga

Região Alentejo								
	2010		2011		Var %	2012		Var %
	€	%	€	%		€	%	
Total da Aquisição de Bens de Capital	148.848.971,46	100,00	130.740.292,38	100,00	-12,17	138.962.300,06	100,00	6,29
Terrenos	2.962.120,20	1,99	2.963.798,50	2,27	0,06	3.621.564,35	2,61	22,19
Habitacões	1.895.280,55	1,27	2.049.748,07	1,57	8,15	2.378.348,98	1,71	16,03
Instalações de Serviços	6.756.293,15	4,54	4.423.909,05	3,38	-34,52	6.872.644,25	4,95	55,35
Escolas	20.930.483,21	14,06	18.043.394,73	13,80	-13,79	13.911.849,19	10,01	-22,90
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	32.628.484,67	21,92	27.263.211,34	20,85	-16,44	30.484.797,17	21,94	11,82
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	2.126.418,23	1,43	3.727.800,07	2,85	75,31	3.128.719,85	2,25	-16,07
Parques e Jardins	2.024.911,36	1,36	5.832.627,95	4,46	188,04	4.401.127,19	3,17	-24,54
Captação e Distribuição de Água	3.398.400,39	2,28	3.284.076,14	2,51	-3,36	3.849.948,30	2,77	17,23
Viação Rural	10.901.957,39	7,32	10.635.026,43	8,13	-2,45	6.422.837,80	4,62	-39,61
Material de Transporte	3.499.665,13	2,35	4.166.174,86	3,19	19,04	3.432.515,60	2,47	-17,61
Outros Bens de Capital e Bens de Capital não Identificados	48.919.911,10	32,87	38.730.261,46	29,62	-20,83	50.380.462,89	36,25	30,08

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referentes a 2010 e 2012
DJASAL/DFLM

Gráfico nº 24 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza)
- despesa paga - 2012



O quadro nº 13 e o gráfico nº 24 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, evidenciando-se algumas tipificações.

As duas tipificações mais importantes nos bens de capital dos municípios em 2010, 2011 e 2012 são as escolas e os viadutos, arruamentos e obras complementares, atingindo neste último ano os 10,01 % (13,9 milhões de euros) e 21,94 % (30,5 milhões de euros), respectivamente, em relação ao total de pagamentos deste tipo de bens.

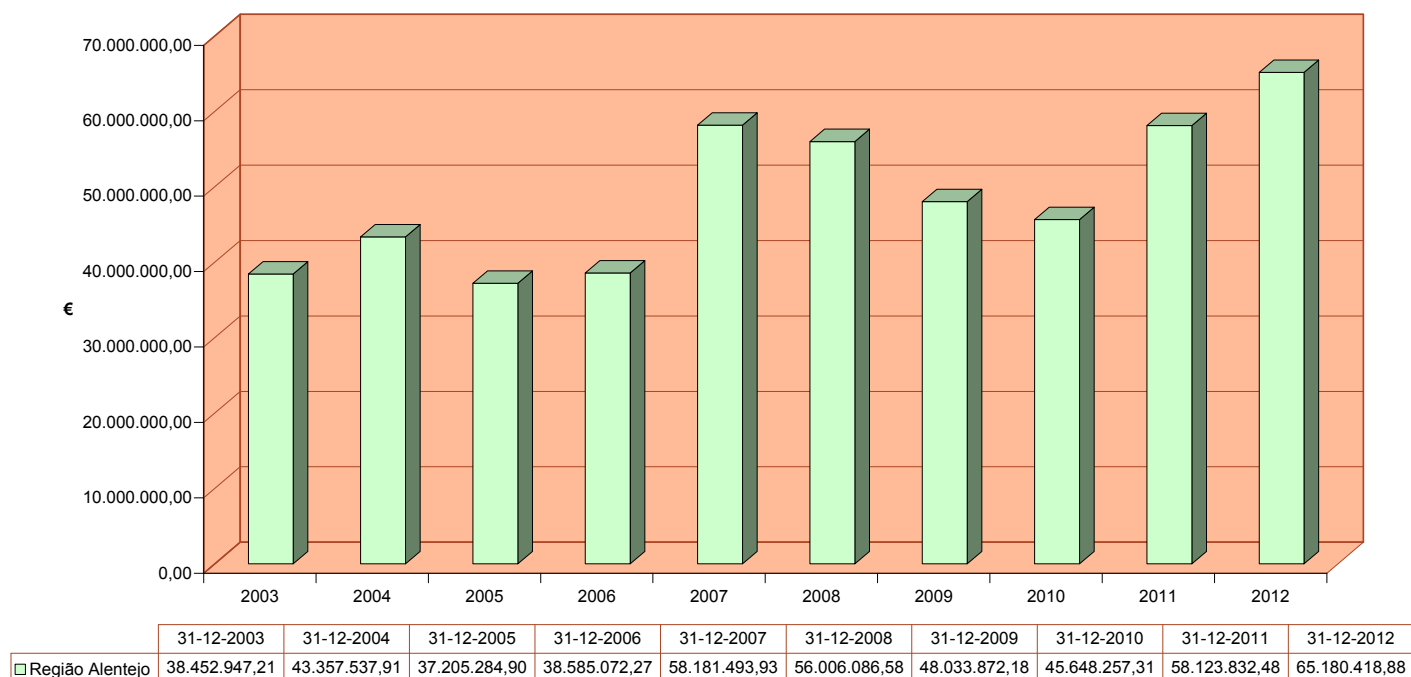
De 2011 para 2012 o maior acréscimo é o registado nas instalações de serviços com 55,35 % e o mais importante decréscimo corresponde à viação rural com – 39,61 %.

I . 10 - SALDOS

O gráfico nº 25 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia. Nota-se em 2011 um saldo positivo de 58,1 milhões de euros, montante quase igual ao apresentado em 2007.

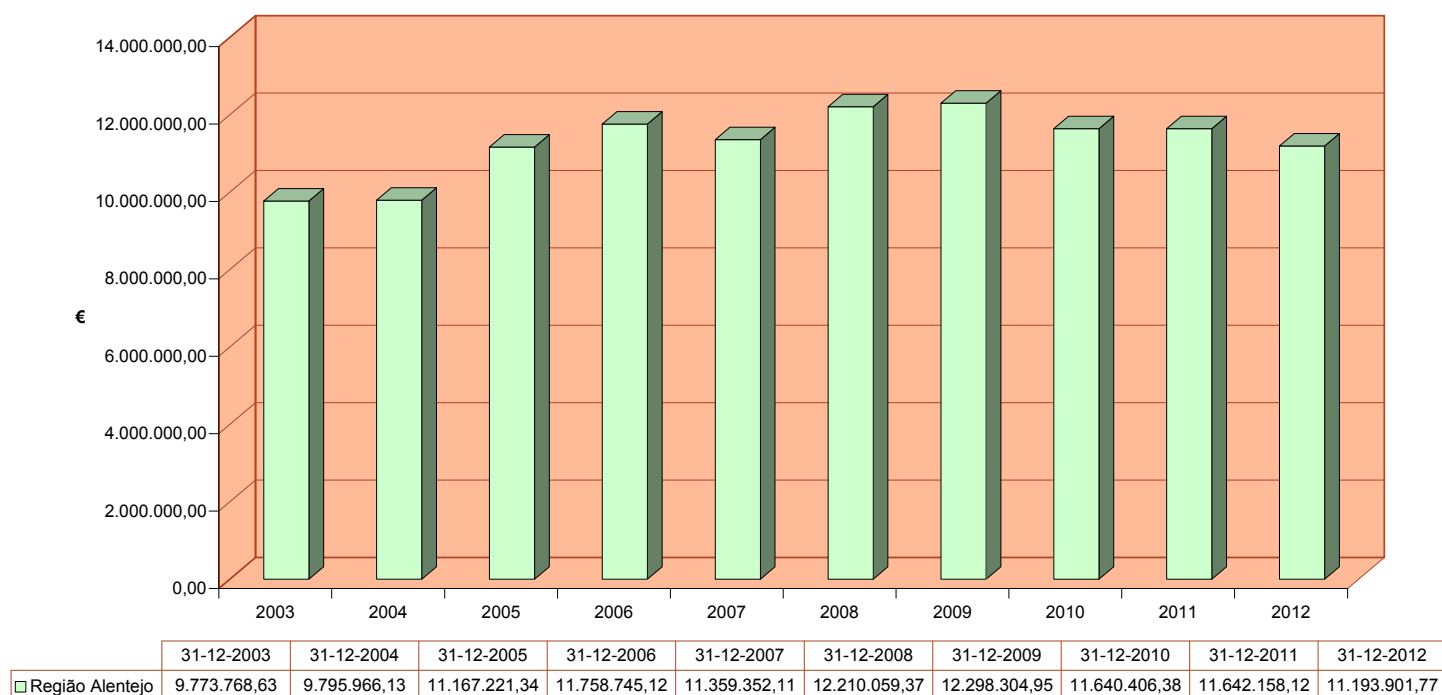
Se analisarmos o período temporal estabelecido, nomeadamente de 2007 para 2012, reparamos que existem dois ciclos de evolução, um entre 2007 e 2010 de decréscimos contínuos e, outro ciclo, de 2010 a 2012 caracterizado por acréscimos firmes. De 2011 para 2012 regista-se um crescimento de poupança orçamental, no montante de 7,0 milhões de euros (12,14 %), referindo-se que neste último ano atinge-se o mais alto valor deste tipo de poupança no período 2003/2012.

Gráfico nº 25 - Saldo Final de Operações Orçamentais



No que toca à relação entre saldo inicial, recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria (gráfico nº 26), verbas consignadas a terceiras entidades, o mesmo apresenta, em 2012, um saldo positivo de 11,2 milhões de euros, registando-se uma descida de 2011 para o ano seguinte de 448 257 euros, ou seja, um decréscimo de 3,85 %.

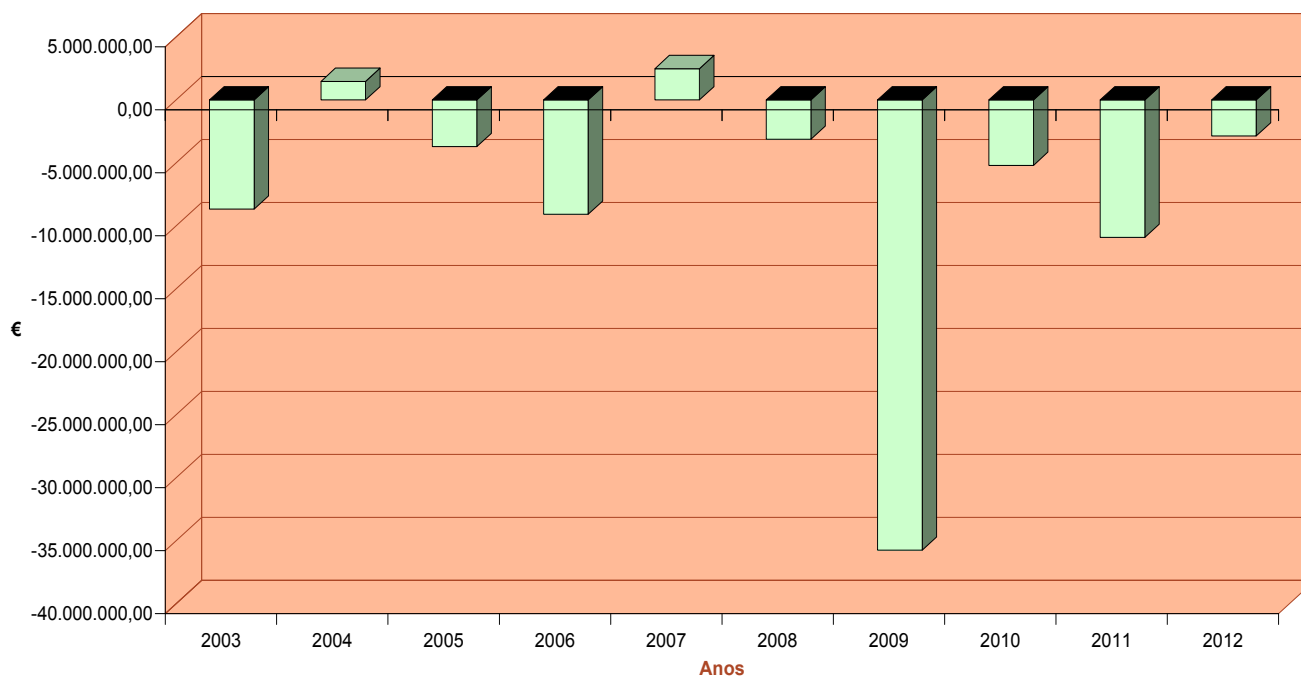
Gráfico nº 26 - Saldo Final de Operações de Tesouraria



Se relacionarmos os recebimentos e os pagamentos do exercício, ao nível da conta corrente (gráfico nº 27), a Região, em termos das suas administrações municipais, apresenta no período de análise (2003/2012) oito exercícios com saldos negativos, especialmente no ano de 2009 com um deficit de 35,7 milhões de euros. Se compararmos 2011 com 2012, este último ano apresenta um défice corrente que atinge os 2,8 milhões de euros, ou seja, uma recuperação de 73,77 %.

Para esta situação deficitária, já estrutural e prolongada no tempo, continua a concorrer várias causas, entre elas, o peso marcante das despesas correntes, o perfil debilitante das receitas próprias correntes arrecadadas, e também, por via do enviesamento contabilístico motivado pelo atual sistema de contas, na contabilização de componentes de despesa do investimento (conta de capital), com registo obrigatório em contas correntes, como é o caso, por exemplo, das aquisições de bens e serviços, se tomarmos em consideração as obras por administração direta.

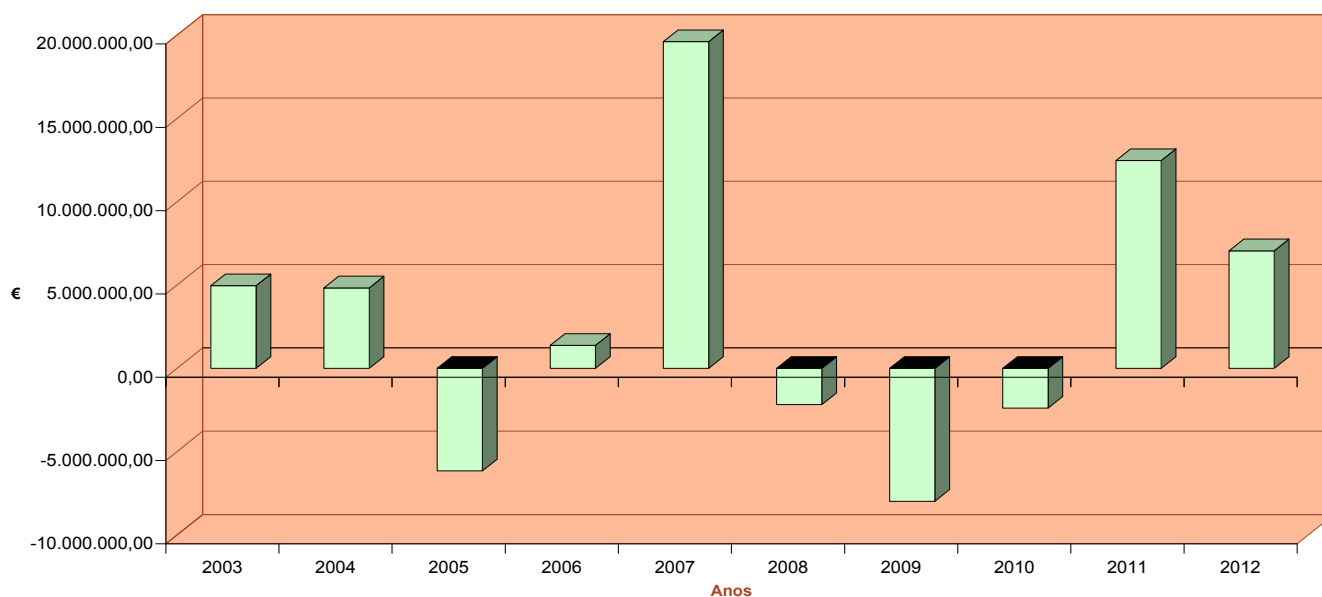
Gráfico nº 27 - Saldo Corrente (receita corrente-despesa corrente)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Saldo Corrente	-8.676.117,88	1.466.809,17	-3.715.521,18	-9.087.616,11	2.479.652,98	-3.126.220,26	-35.763.950,71	-5.201.035,01	-10.924.538,47	-2.865.516,87

No que se refere à relação entre os recebimentos e os pagamentos do exercício (contas corrente e de capital) das operações orçamentais, registam-se, para o período em análise, seis exercícios com superavite. Se tomarmos atenção para o segmento temporal de 2007 a 2012, após o ano de 2007 com um saldo positivo de 19,6 milhões de euros, sucederam-se três anos de saldos negativos, o pior deles foi 2009 com um défice de 7,9 milhões de euros. No entanto, 2011 e 2012 apresentam já saldos positivos. Contudo, de 2011 para 2012 registou-se uma quebra, com algum significado, passando de 12,4 milhões de euros para 7,0 milhões, ou seja, um decréscimo de 43,44 %.

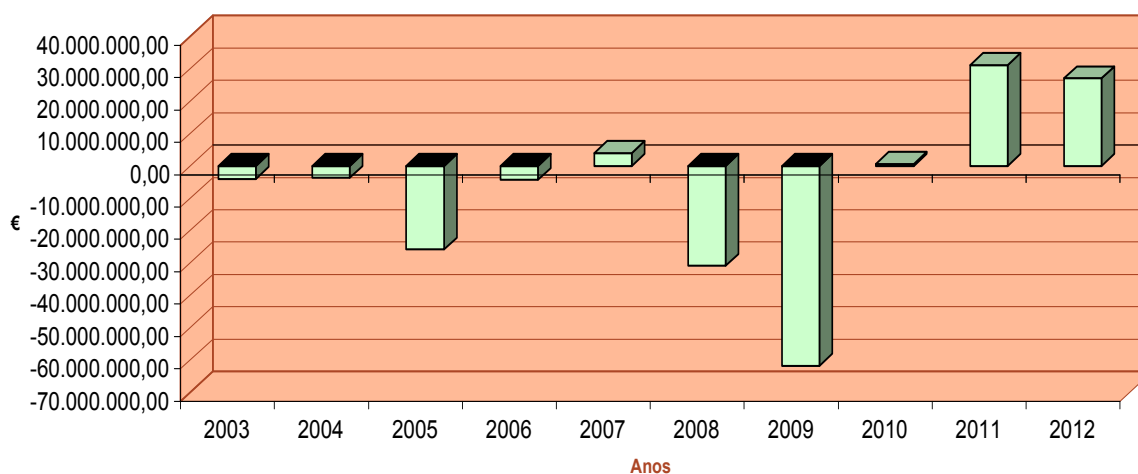
Gráfico nº 28 - Saldo do Exercício (receita total-despesa total)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Saldo do Exercício	4.964.233,25	4.832.156,29	-6.152.253,01	1.381.415,51	19.610.832,01	-2.176.407,35	-7.972.938,90	-2.384.890,38	12.475.575,17	7.056.675,15

O gráfico nº 29 apresenta-nos a evolução temporal (2003/2012) do saldo efetivo. Este saldo é calculado tendo em conta as receitas (corrente e de capital) e as despesas (corrente e de capital), excluindo os respectivos ativos e passivos financeiros. A leitura do gráfico mostra-nos seis exercícios deficitários, em especial 2009 (-61,8 milhões de euros) e quatro exercícios positivos. De 2010 a 2012 o saldo efetivo teve um crescimento forte para 2011, passando de 0,63 milhões de euros para 31,1 milhões, contudo, de 2011 para 2012 registou-se uma quebra, passando para os 27,0 milhões de euros.

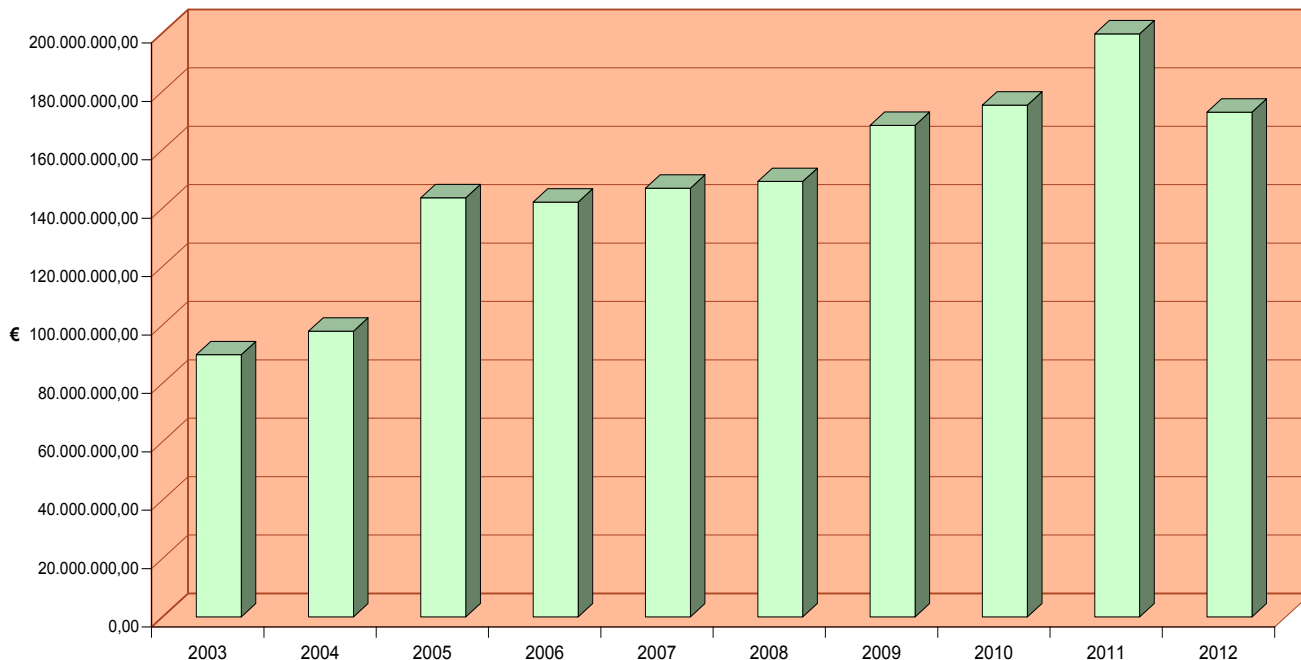
Gráfico nº 29 - Saldo Efetivo (receita corrente + receita de capital - ativos e passivos financeiros) - (despesa corrente + despesa de capital - ativos e passivos financeiros)



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Saldo Efetivo	-4.063.709,61	-3.656.955,47	-25.895.432,45	-4.326.878,84	3.948.652,42	-30.961.118,55	-61.862.410,08	633.079,11	31.185.915,46	27.086.141,68

I. 11 - ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

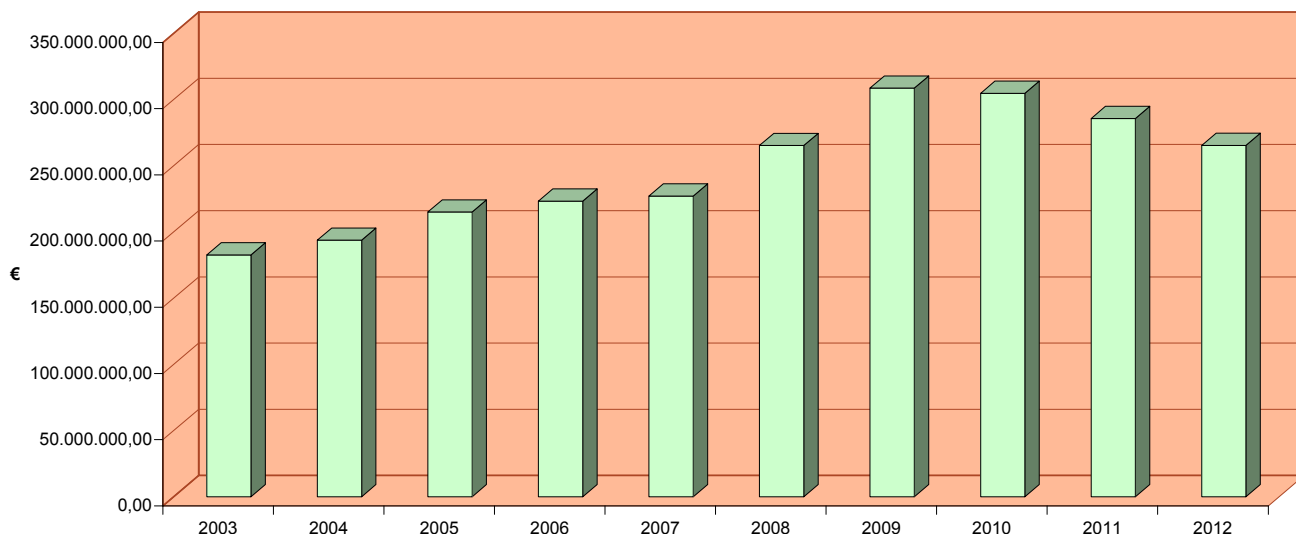
Gráfico nº 30 - Dívidas Assumidas e Não Pagas



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Região Alentejo	89.780.243,03	97.870.962,81	143.536.796,79	142.103.083,86	146.847.237,27	149.126.725,63	168.347.058,56	175.288.461,88	199.658.226,67	172.864.764,97

O gráfico nº 30 mostra-nos a evolução temporal das dívidas assumidas e não pagas (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros), com crescimento contínuo desde o ano de 2006 até 2011, atingindo neste ano o montante mais elevado de todo o período, no valor de 199,6 milhões de euros. Contudo, de 2011 a 2012 este tipo de dívida teve uma evolução positiva com um decréscimo de 26,7 milhões de euros (13,42 %).

Gráfico nº 31 - Capital em Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo



	31-12-2003	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012
Região Alentejo	182.711.342,77	193.802.115,13	215.042.085,69	223.306.179,34	227.175.496,55	265.280.638,67	308.603.044,37	304.748.458,54	285.699.145,29	265.333.254,18

A evolução do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos está presente no gráfico nº 31 e mostra-nos dois ciclos evolutivos. O primeiro, caracterizado por crescimentos contínuos, percorre os anos de 2003 até 2009, o segundo, caracterizado por decréscimos, vai até 2012. De 2011 até 2012 registou-se também uma evolução positiva, com um decréscimo deste tipo de dívida orçado em 20,36 milhões de euros, decréscimo esse calculado em 7,13 %.

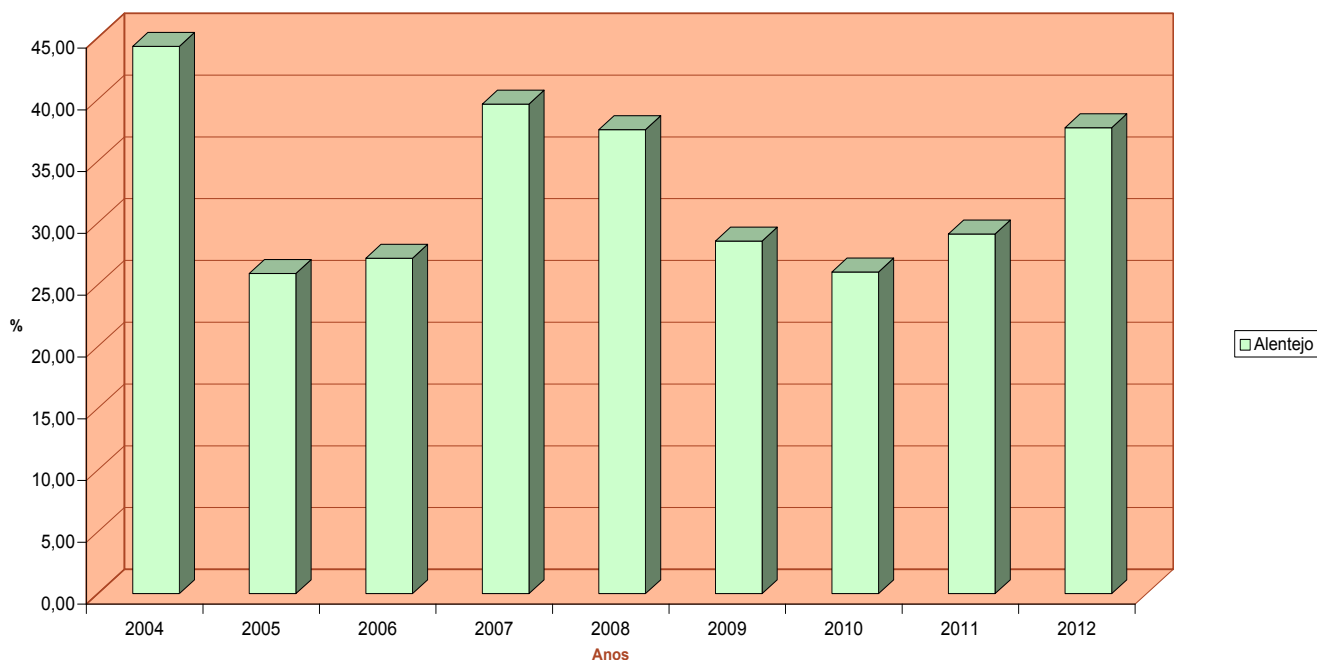
Quadro nº 14 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e outros) pelo Saldo Final de Caixa de Operações Orçamentais

Região Alentejo			
	Saldo Final Operações Orçamentais (A) (€)	Dívidas Assumidas e Não Pagas (B) (€)	(A/B)x100 (%)
2004	43.357.537,91	97.870.962,81	44,30
2005	37.205.284,90	143.536.796,79	25,92
2006	38.585.072,27	142.103.083,86	27,15
2007	58.181.493,93	146.847.237,27	39,62
2008	56.006.086,58	149.126.725,63	37,56
2009	48.033.872,18	168.347.058,56	28,53
2010	45.648.257,31	175.288.461,88	26,04
2011	58.123.832,48	199.658.226,67	29,11
2012	65.180.418,88	172.864.764,97	37,71

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2004 a 2012

DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 32 - Cobertura da Dívida Assumida e Não Paga (Fornecedores, Empreiteiros e Outros) pelo Saldo Final de Operações Orçamentais



Tendo em consideração a dívida assumida e não paga (fornecedores, empreiteiros e outros terceiros, com exceção da dívida creditícia), procurou-se saber o grau de cobertura desta dívida por parte do saldo final de operações orçamentais.

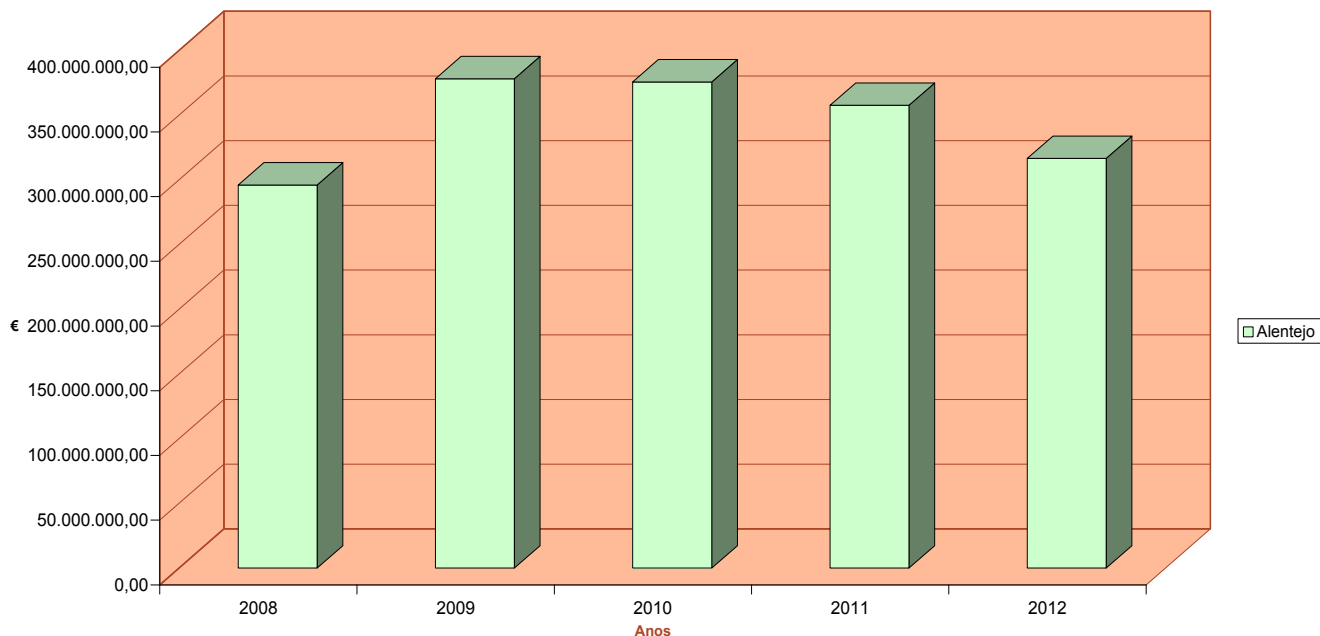
Assistiu-se (vide gráfico nº 32), assim, após um período de degradação deste indicador, entre 2007 e 2010, a uma recuperação em 2011 e em especial em 2012, passando este indicador de 26,04 % (2010) para 29,11 % (2011) e 37,71 % (2012).

Quadro nº 15 - Endividamento Municipal (balanço)

Alentejo					
€					
Balanço	2008	2009	2010	2011	2012
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	271.041.855,90	322.638.286,40	316.592.235,02	296.137.483,62	271.440.792,74
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	154.725.373,66	167.233.415,86	172.581.918,13	198.569.413,07	176.953.210,27
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos	4.067.820,61	4.027.862,60	4.048.682,89	3.892.548,57	0,00
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	56.629.680,60	46.561.343,34	51.465.987,20	63.424.584,94	55.146.854,65
Títulos Negociáveis	12.621.894,61	9.304.311,63	10.505.318,80	13.450.000,00	13.031.914,81
Depósitos em Bancos e Caixa	56.413.237,38	51.876.354,80	47.518.068,93	56.337.054,21	63.654.657,82
Endividamento (montante líquido)	296.034.596,36	378.101.829,89	375.636.095,33	357.602.708,97	316.560.575,73

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 33 - Endividamento Municipal (montante líquido) (balanço)



O quadro nº 15 e o gráfico nº 33 explicitam o endividamento municipal através das rubricas do balanço, denotando-se o significativo crescimento da dívida global de 2008 para 2009, atingindo neste ano o seu máximo neste período, de 378,1 milhões de euros. No entanto, de 2009 para 2012 tem-se vindo a observar a descompressão do endividamento, tendo de 2011 para 2012 registado um decréscimo de 41,0 milhões de euros (11,48 %).

Quadro nº 16 - Peso da Dívida a Fornecedores

Região Alentejo			
	Dívida a Fornecedores (balanço) (ano n) (€) (1)	Receita Total (ano n-1) (€) (2)	(1) / (2) %
2011	177.819.002,18	617.604.254,55	28,79
2012	155.229.701,37	599.709.537,64	25,88
Var %	-12,70		

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2012
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 16 apresenta o peso da dívida a fornecedores (contas do balanço) sobre o total da receita do ano anterior, esta relação para 2011 apresenta um peso de 28,79 %, já em 2012 a evolução é positiva apresentando este indicador o montante de 25,88 %.

I. 12 - FATOR GERADOR DE DÍVIDA

Quadro nº 17 - Fator Gerador de Dívida				
	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (2)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (3=1-2)	
2011	621.292.953,26	707.516.486,98	-86.223.533,72	
2012	594.489.851,21	568.060.947,41	26.428.903,80	
Var%	-4,31	-19,71	-130,65	
	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Saldo de Operações Orçamentais (ano n-1) (€) (2)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (3)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (4=1+2-3)
2011	621.292.953,26	45.648.257,31	707.516.486,98	-40.575.276,41
2012	594.489.851,21	58.123.743,73	568.060.947,41	84.552.647,53
Var%	-4,31	27,33	-19,71	-308,38

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 e 2012
 DSAJAL / DFLM

O quadro nº 17 mostra-nos o desequilíbrio entre a receita liquidada num determinado exercício e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante no controlo orçamental da receita e da despesa.

Assim, para 2011, observou-se um desequilíbrio bruto de 86,2 milhões de euros e, contando com a poupança de operações orçamentais de 2010, saldou-se num desequilíbrio de 40,5 milhões de euros.

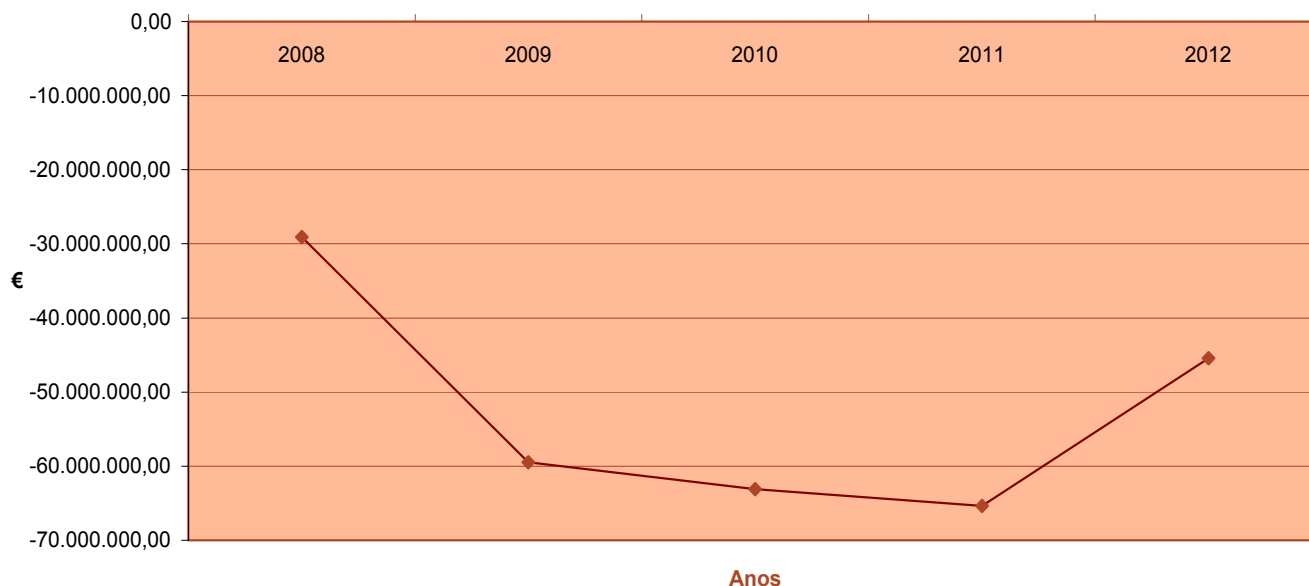
Contudo, em 2012, a situação teve uma evolução altamente positiva, passando para uma situação de folga da ordem dos 26,4 milhões de euros, ou seja, resultante do encontro de uma receita liquidada de 594,4 milhões de euros e compromissos assumidos para o exercício de 568,0 milhões de euros. Refira-se que, embora estas duas variáveis tivessem uma evolução negativa, a quebra dos compromissos assumidos foi quase cinco vezes superior à receita liquidada. Esta situação de folga, em 2012, foi mais ampliada com a introdução do saldo de operações orçamentais.

I. 13 - LIQUIDEZ GERAL

Quadro nº 18 - Liquidez Geral (balanço)		
Região Alentejo		
	(Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa + Títulos Negociáveis + Dívidas a Receber de Curto Prazo) - Dívidas a Pagar de Curto Prazo (€)	Var %
2008	-29.060.561,07	
2009	-59.491.406,09	104,72
2010	-63.092.543,20	6,05
2011	-65.357.773,92	3,59
2012	-45.419.782,99	-30,51

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012
 DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 34 - Liquidez Geral



Ao observarmos o quadro nº 18 e o respetivo gráfico nº 34, pretende-se analisar a evolução regional da liquidez geral, que consiste na relação de itens do balanço entre o conjunto de depósitos em bancos e caixa, títulos negociáveis e dívidas a receber de curto prazo e o conjunto das dívidas a pagar de curto prazo.

Esta liquidez geral tem tido uma evolução negativa no período de 2008 a 2011, apresentando um afundamento significativo de 2008 para 2009, na ordem dos 30,4 milhões de euros (104,72 %). De 2009 para 2011 o agravamento tem continuado, mas com menor expressão, registando de 2010 a 2011 um decréscimo de 3,59 %. Em 2012, no entanto, regista-se uma evolução positiva, com o recuo do deficit de liquidez geral calculada em 19,93 milhões de euros, ou seja uma variação de - 30,51 %.

I. 14 - BALANÇO

Quadro nº 19 - Estrutura do Ativo Líquido (Balanço de 2012)

Região Alentejo			
	2012	%	
	(€)		
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	1.168.339.633,03	41,82	
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.454.179.541,44	52,06	
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	55.146.854,65	1,97	
Depósito em Bancos e Caixa	63.354.657,82	2,27	
Outros	52.390.648,65	1,88	
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	2.793.411.335,59	100,00	

Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanço de 2012)

Região Alentejo			
	2012	%	%
	(€)		
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.746.558.610,61		62,52
Provisão para Riscos e Encargos	10.790.750,03	1,03	0,39
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	271.440.792,74	25,93	9,72
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	176.953.210,27	16,90	6,33
Acréscimos e Diferimentos	587.667.971,94	56,14	21,04
PASSIVO (Total)	1.046.852.724,98	100,00	37,48
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	2.793.411.335,59		100,00

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2012
DSAJAL / DFLM

Do quadro nº 19, que consiste na apresentação, para 2012, da estrutura do ativo líquido e do passivo e fundos próprios, é possível retirar as seguintes ilações:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) cabe ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 52,06 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público. O peso de relevo desta última rubrica está relacionada com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 62,52 %, cabendo ao passivo os restantes 37,48 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (56,14 %), seguido das dívidas a terceiros com 42,83 %;
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 25,93 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 16,90 %.

O quadro nº 20 descreve a evolução da estrutura do ativo líquido, dos fundos próprios e do passivo para o período de 2008 a 2012 que se passa a sintetizar:

- Acréscimos consecutivos anuais do ativo líquido (2008 a 2011), com maior expressão de 2008 para 2009 (3,49 %) e uma quebra, com significado, em 2012 de 4,77 %;
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou acréscimos de 2009 até 2011, com exceção da quebra registada entre 2008 e 2009, tendo voltado a registar um decréscimo em 2012 de 13,05 %;

Quadro nº 20 - Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços de 2008 a 2012)

Região Alentejo									
	2008	2009	Var	2010	Var	2011	Var	2012	Var
	(€)	(€)	%	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	1.297.328.933,44	1.334.409.473,13	2,86	1.308.553.928,91	-1,94	1.303.288.025,22	-0,40	1.168.339.633,03	-10,35
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.277.340.891,98	1.350.136.666,36	5,70	1.423.478.927,62	5,43	1.454.752.540,58	2,20	1.454.179.541,44	-0,04
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	56.629.680,60	46.561.343,34	-17,78	51.465.987,20	10,53	63.424.584,94	23,24	55.146.854,65	-13,05
Depósito em Bancos e Caixa	56.413.237,38	51.876.354,80	-8,04	47.518.068,93	-8,40	56.337.054,21	18,56	63.354.657,82	12,46
Outros	49.279.842,03	49.600.771,92	0,65	49.344.175,55	-0,52	55.674.006,11	12,83	52.390.648,65	-5,90
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	2.736.992.585,43	2.832.584.609,55	3,49	2.880.361.088,21	1,69	2.933.476.211,06	1,84	2.793.411.335,59	-4,77

Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços de 2008 a 2012)

Região Alentejo									
	2008	2009	Var	2010	Var	2011	Var	2012	Var
	(€)	(€)	%	(€)	%	(€)	%	(€)	%
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.878.619.136,83	1.882.172.661,32	0,19	1.892.305.673,23	0,54	1.886.125.027,82	-0,33	1.746.558.610,61	-7,40
Provisão para Riscos e Encargos	4.075.101,60	6.353.390,42	55,91	12.498.396,90	96,72	9.677.121,15	-22,57	10.790.750,03	11,51
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	271.041.855,81	322.638.286,40	19,04	316.592.235,02	-1,87	296.137.483,62	-6,46	271.440.792,74	-8,34
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	154.725.373,66	167.233.415,86	8,08	172.581.918,13	3,20	198.569.413,07	15,06	176.953.210,27	-10,89
Acréscimos e Diferimentos	428.531.117,53	454.186.855,55	5,99	486.382.864,93	7,09	542.967.165,40	11,63	587.667.971,94	8,23
PASSIVO (Total)	858.373.448,60	950.411.948,23	10,72	988.055.414,98	3,96	1.047.351.183,24	6,00	1.046.852.724,98	-0,05
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	2.736.992.585,43	2.832.584.609,55	3,49	2.880.361.088,21	1,69	2.933.476.211,06	1,84	2.793.411.335,59	-4,77

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012

DSAJAL / DFLM

- Acréscimo no montante de depósitos em bancos e caixa entre 2010 e 2011 (18,56 %) e de 12,46 % em 2012 em contraponto com as quebras registadas nos anos anteriores;
- Praticamente a estabilização dos fundos próprios entre 2008 e 2011 com uma quebra significativa em 2012 de 7,40 %;
- Crescimentos significativos do nível do passivo entre 2008 e 2011, em especial 2009, registando um ligeiríssimo decréscimo em 2012 de 0,05 %;
- Crescimentos muito significativos das provisões para riscos e encargos entre 2008 e 2010 (55,91 % e 96,72 %), apresentando uma quebra em 2011 de 22,57 % e voltando a subir em 2012 com uma taxa de crescimento de 11,51 %;
- Crescimento da dívida a terceiros (médio e longo prazos) de 2008 a 2009 (19,04 %), tendo-se registado quebras consecutivas nos anos seguintes, em especial em 2012 com -8,34 %;
- No que toca às dívidas a terceiros de curto prazo, registam-se crescimentos consecutivos em todo o período, em especial de 2010 a 2011 (15,06 %), apresentando em 2012 uma quebra calculada em 10,89 %;
- Os acréscimos e diferimentos registaram em todo o período acréscimos, em especial de 2010 a 2011 (11,63 %) e de 2011 a 2012 (8,23 %).

Quadro nº 21 Passivo Corrigido

Região Alentejo									
	2008	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %	2012	Var %
	(€)	(€)		(€)		(€)		(€)	
Passivo (valor integral)	858.373.448,60	950.411.948,23	10,72	988.055.414,98	3,96	1.047.351.183,24	6,00	1.046.852.724,98	-0,05
Proveitos diferidos	405.769.079,00	429.866.716,00	5,94	460.905.403,00	7,22	523.615.586,00	13,61	565.304.945,00	7,96
Passivo corrigido (excluindo os proveitos diferidos)	452.604.369,60	520.545.232,23	15,01	527.150.011,98	1,27	523.735.597,24	-0,65	481.547.779,98	-8,06

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012

DSAJAL / DFLM

No que toca ao passivo, o quadro nº 21 descreve a sua evolução para o período de 2008/2012, não só no seu montante integral mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com os proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios seguintes), corrigiu-se o valor do passivo global excluindo deste os referidos proveitos diferidos.

Assim, é possível respirar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, os montante são, para o período em análise, bastante superiores a 400 milhões de euros, tendo crescimentos anuais superiores a 5 %, com o valor mais elevado de 2010 a 2011 (13,61 %);
- Após a correcção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, tendo crescimentos de 2008 a 2010 e decréscimos nos anos seguintes, em especial de 2011 a 2012.

I. 15 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

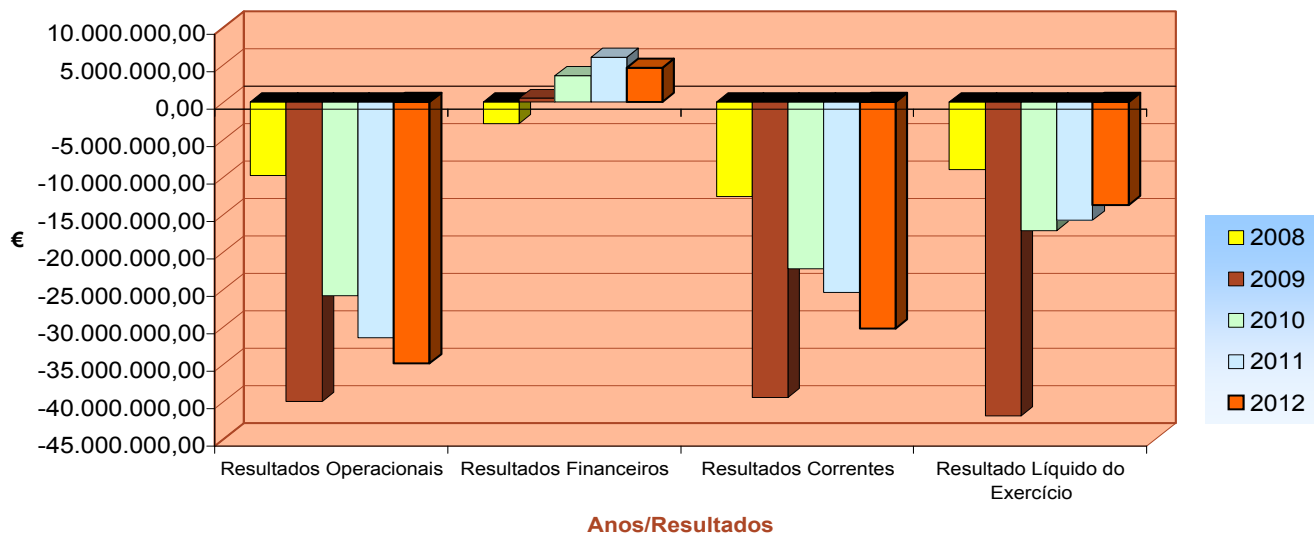
Quadro nº 22 - Demonstração de Resultados									
Região Alentejo	2008	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %	2012	Var %
	€	€		€		€			
Custos e Perdas	551.650.507,21	593.991.956,32	7,7	579.336.785,89	-2,5	554.464.521,98	-4,3	540.534.346,77	-2,5
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	501.600.562,74	542.404.013,03	8,1	537.169.178,14	-1,0	515.181.493,76	-4,1	501.363.238,82	-2,7
Custos e Perdas Financeiras (2)	17.842.228,83	13.073.193,03	-26,7	9.846.501,87	-24,7	10.692.811,13	8,6	10.759.679,25	0,6
Custos Extraordinários (3)	32.207.715,64	38.514.750,26	19,6	32.321.105,88	-16,1	28.590.217,09	-11,5	28.411.428,70	-0,6
Proveitos e Ganhos	542.663.723,66	552.156.394,82	1,7	562.182.831,73	1,8	538.748.775,37	-4,2	526.814.011,80	-2,2
Venda de Mercadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	491.839.896,72	502.468.207,85	2,2	511.373.286,48	1,8	483.753.349,35	-5,4	466.518.545,81	-3,6
Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	15.007.660,98	13.590.882,63	-9,4	13.391.059,56	-1,5	16.689.926,22	24,6	15.366.550,24	-7,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)	35.816.165,96	36.097.304,34	0,8	37.418.485,69	3,7	38.305.499,80	2,4	44.928.915,75	17,3
Resultados									
Resultados Operacionais A=(4)-(1)	-9.760.666,02	-39.935.805,18		-25.795.891,66		-31.428.144,41		-34.844.693,01	
Resultados Financeiros B=(5)-(2)	-2.834.567,85	517.689,60		3.544.557,69		5.997.115,09		4.606.870,99	
Resultados Correntes C=(4+5)-(1+2)	-12.595.233,87	-39.418.115,58		-22.251.333,97		-25.431.029,32		-30.237.822,02	
Resultado Líquido do Exercício D=(4+5+6)-(1+2+3)	-8.986.783,55	-41.835.561,50		-17.153.954,16		-15.715.746,61		-13.720.334,97	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2012
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 22 conjugado com o gráfico nº 35 apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados regional, bem como os respetivos resultados por natureza, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

- Os totais dos custos e perdas, após um acréscimo de 2008 para 2009 de 7,7 %, apresenta quebras consecutivas de 2010 e 2012 de, respectivamente, 2,5 %, 4,3 % e 2,5 %;
- O total dos proveitos e ganhos tiveram crescimentos de 2008 para 2010 de, respetivamente, 1,7 % e 1,8 %, apresentando quebras para 2011 de 4,2 % e para 2012 de 2,2 %;

Gráfico nº 35 - Resultados



- Os custos e proveitos operacionais seguem a mesma tendência dos respectivos totais;
- A nível de resultados, pode-se afirmar o seguinte:
 - Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) tiveram para os anos de 2009 a 2012 défices avultados quando comparados com 2008. Regista-se de 2011 para 2012 um agravamento do défice, passando dos 31,4 milhões de euros para os 34,8 milhões de euros;
 - No que toca ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, apresenta um significativo agravamento do seu défice de 2008 para 2009, registando-se um desagravamento contínuo do défice para 2010 a 2012.

I. 16 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL REGIONAL)

Gráfico nº 36 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total



Gráfico nº 37 - Venda de Bens e Serviços / Receita Total

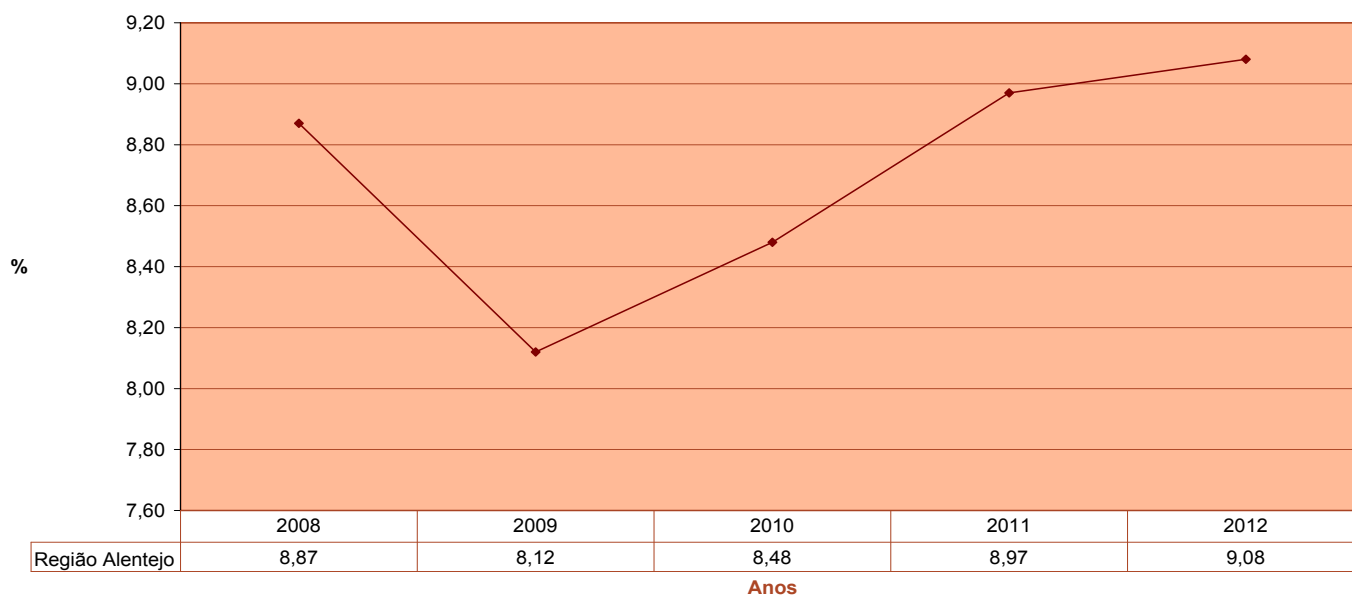


Gráfico nº 38 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

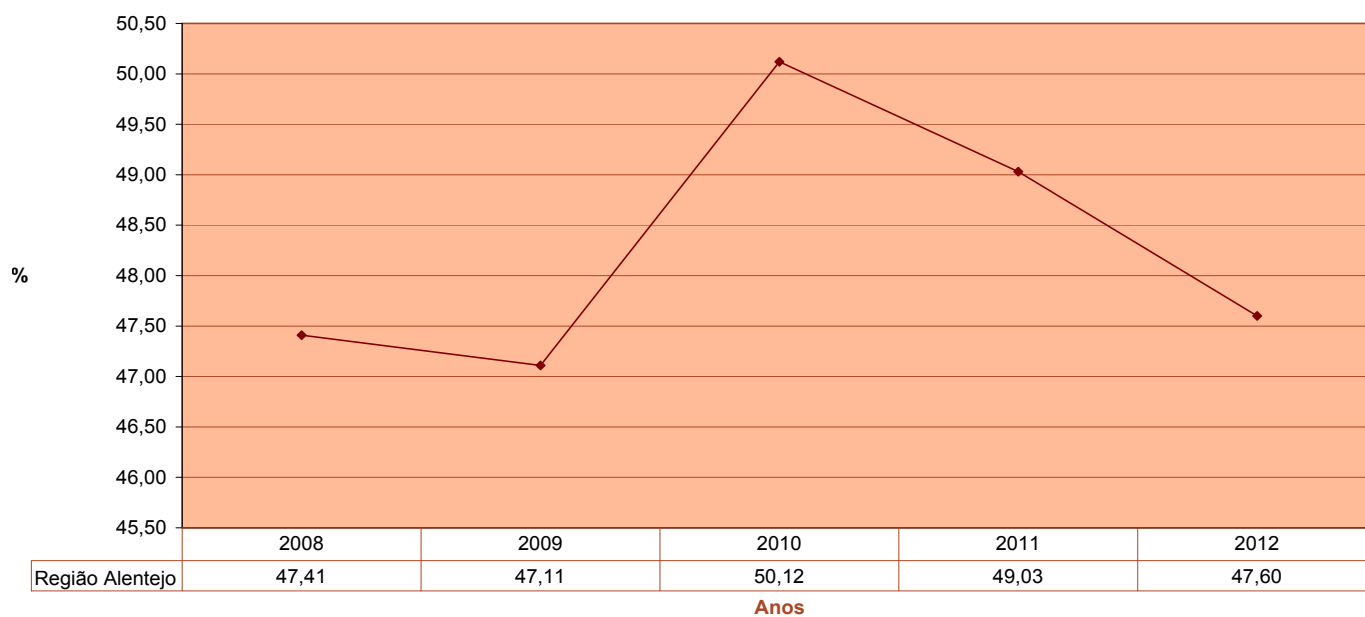


Gráfico nº 39 - Transf Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total

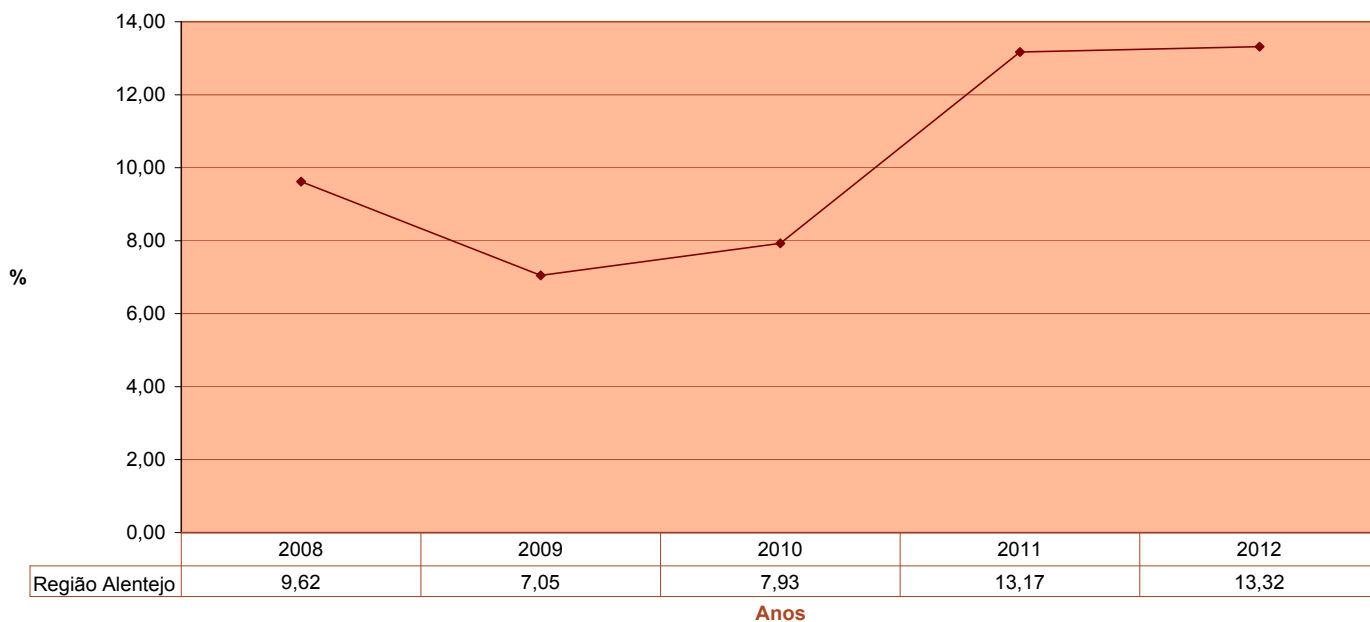


Gráfico nº 40 - Empréstimos / Receita Total



Gráfico nº 41 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Receita Total

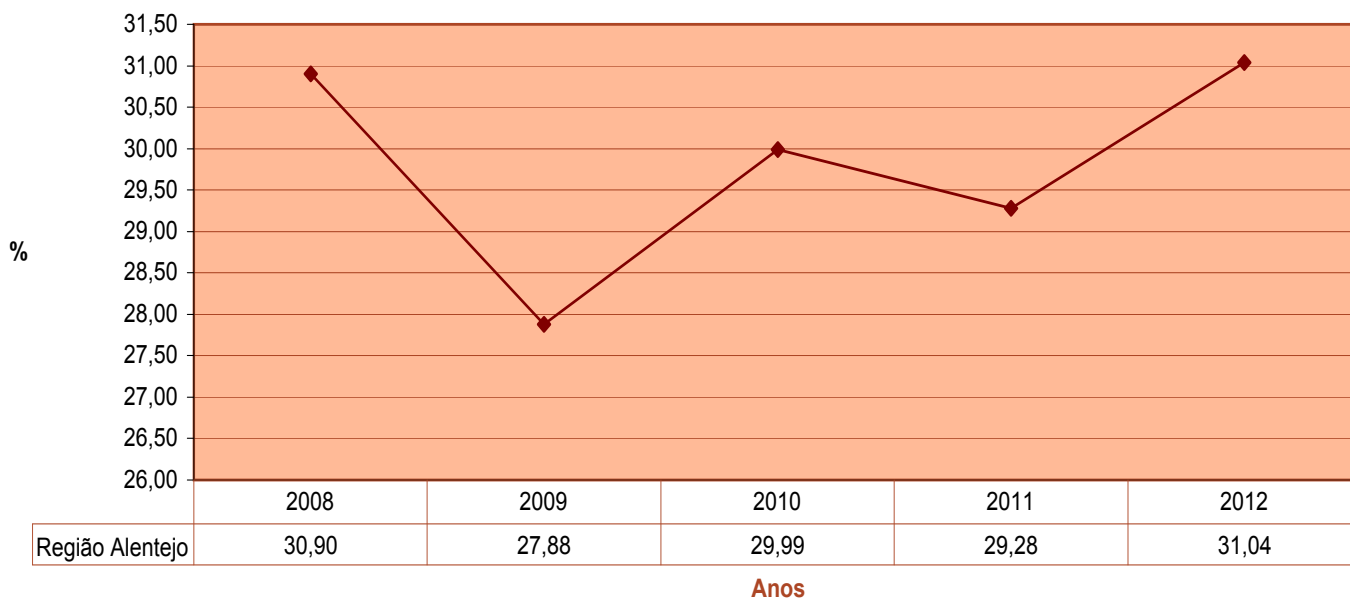


Gráfico nº 42 - Despesa com Pessoal / Despesa Total

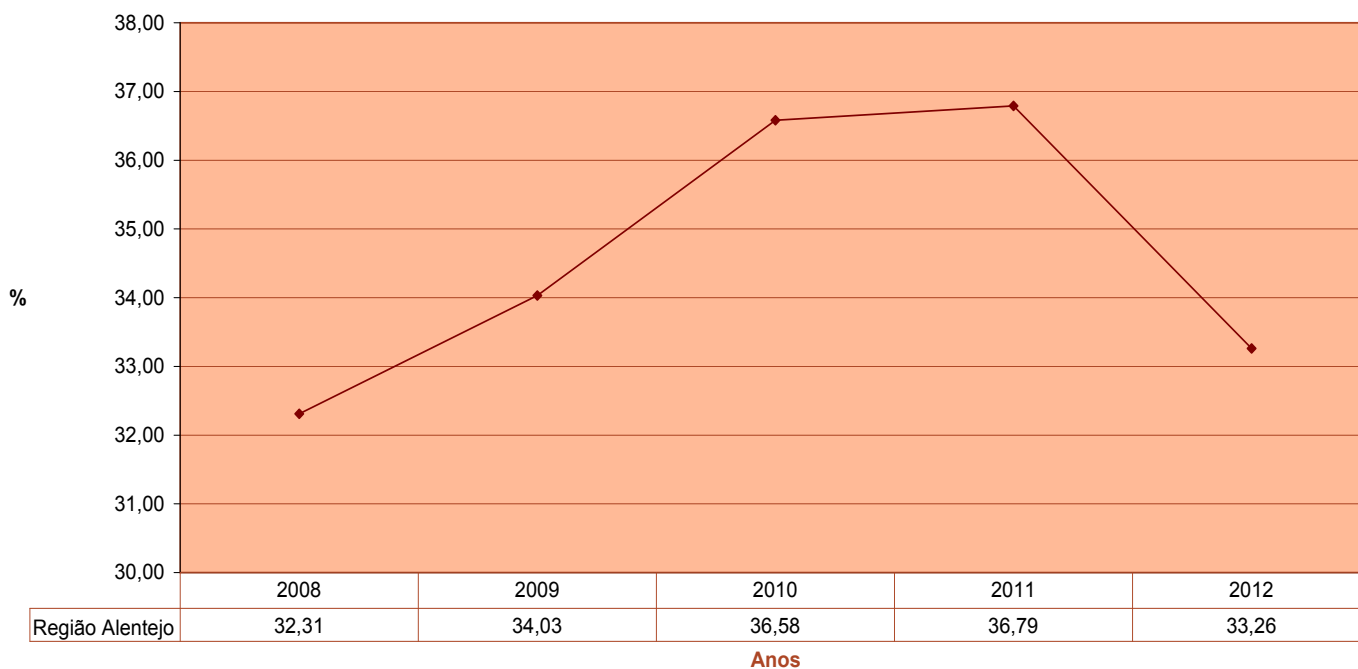


Gráfico nº 43 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total

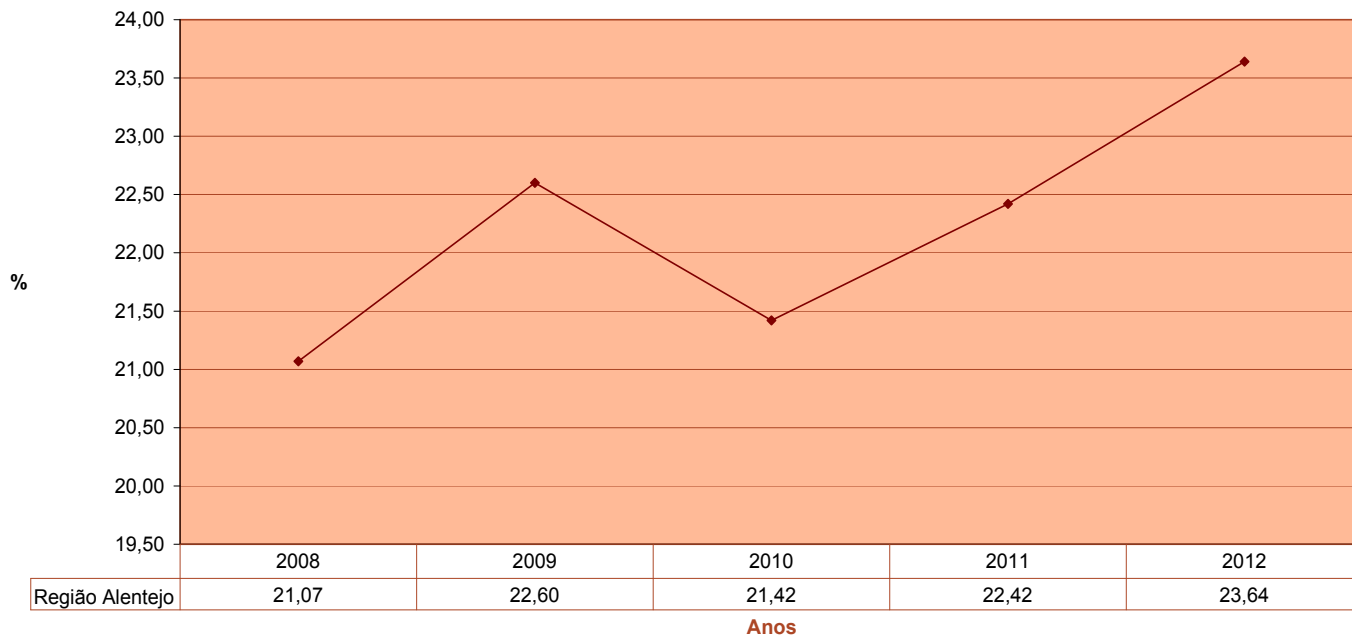


Gráfico nº 44 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

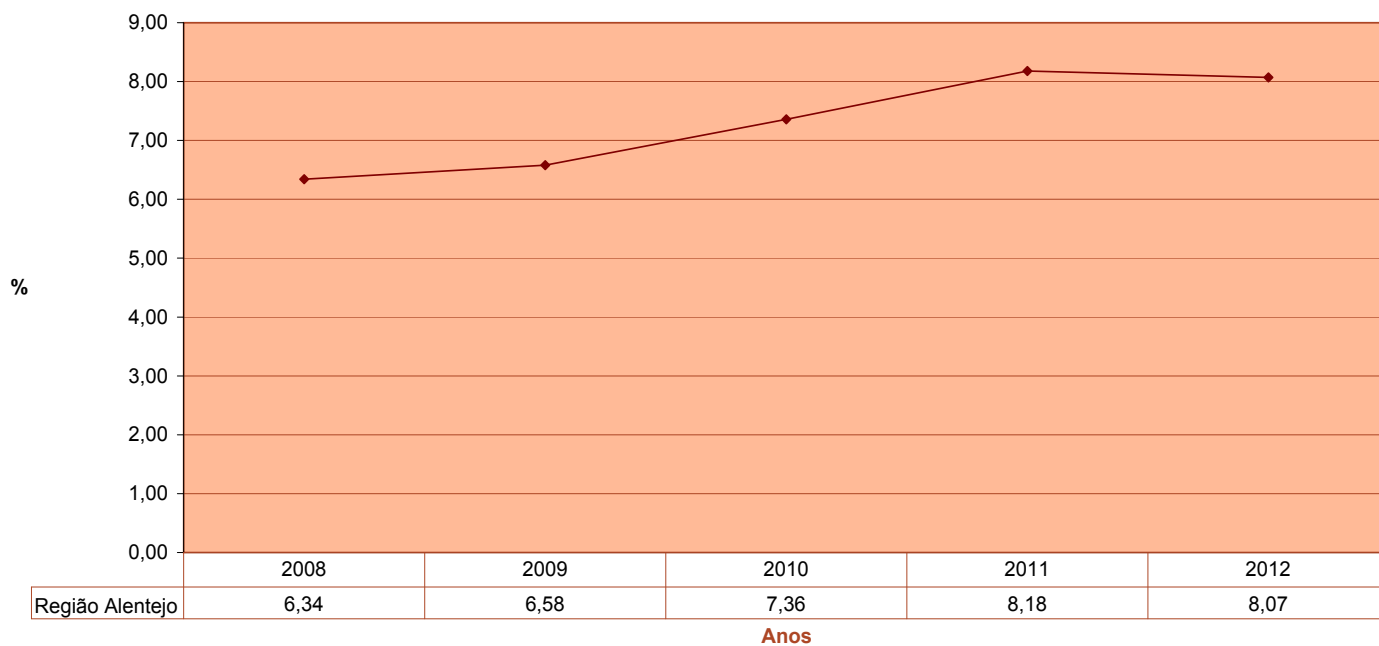


Gráfico nº 45 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

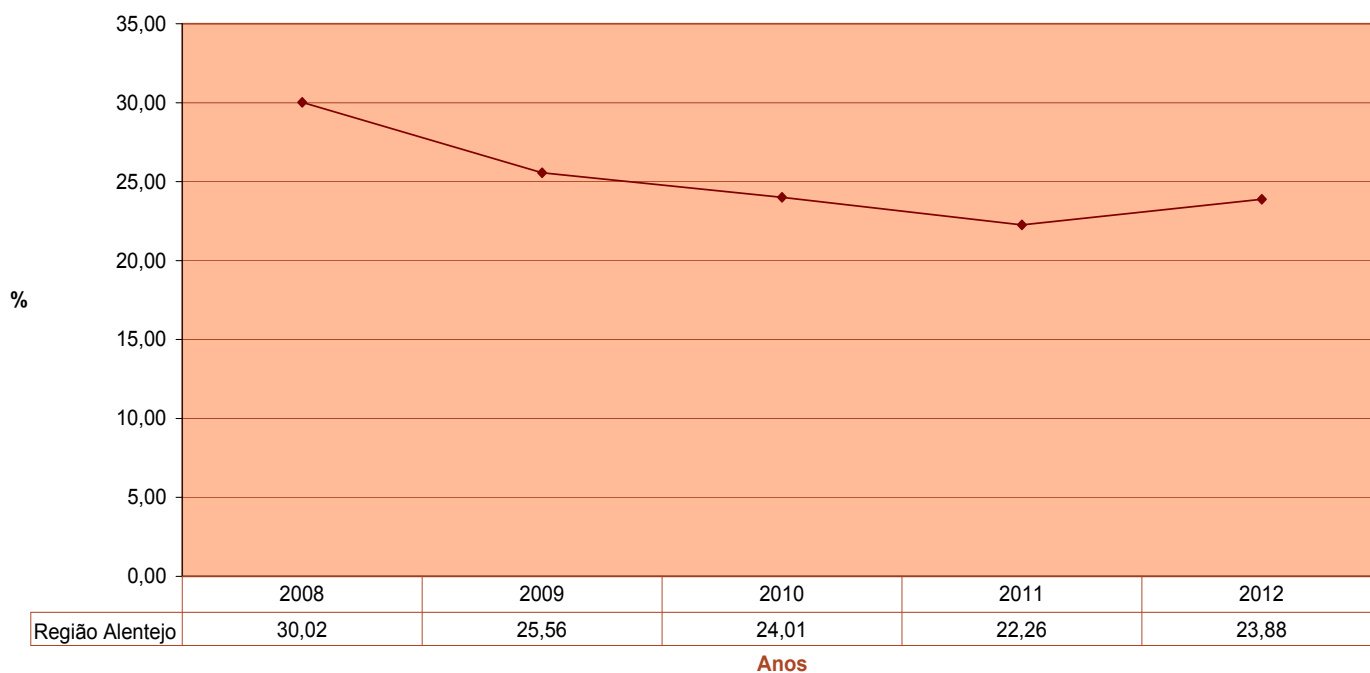


Gráfico nº 46 - (Receita Total-Empréstimos) / Despesa Total

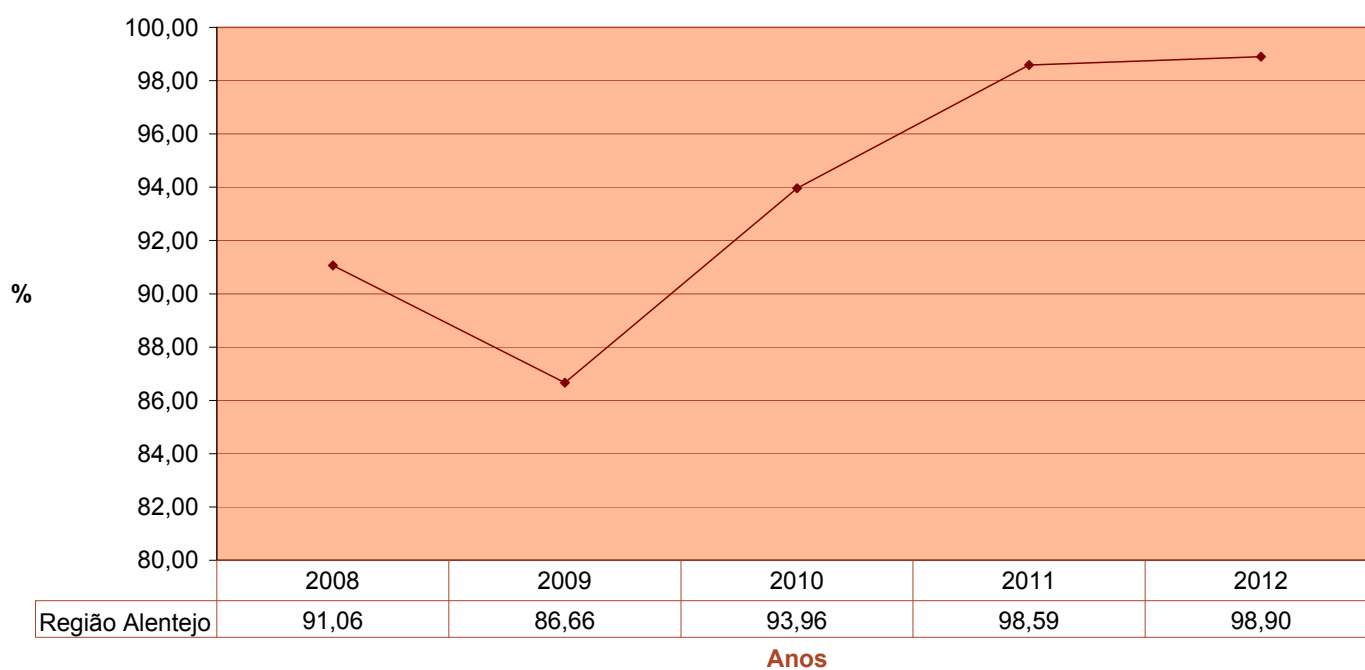


Gráfico nº 47 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + activos financ) / Despesa Total



Gráfico nº 48 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)



Gráfico nº 49 - (Passivo / Ativo Líquido)

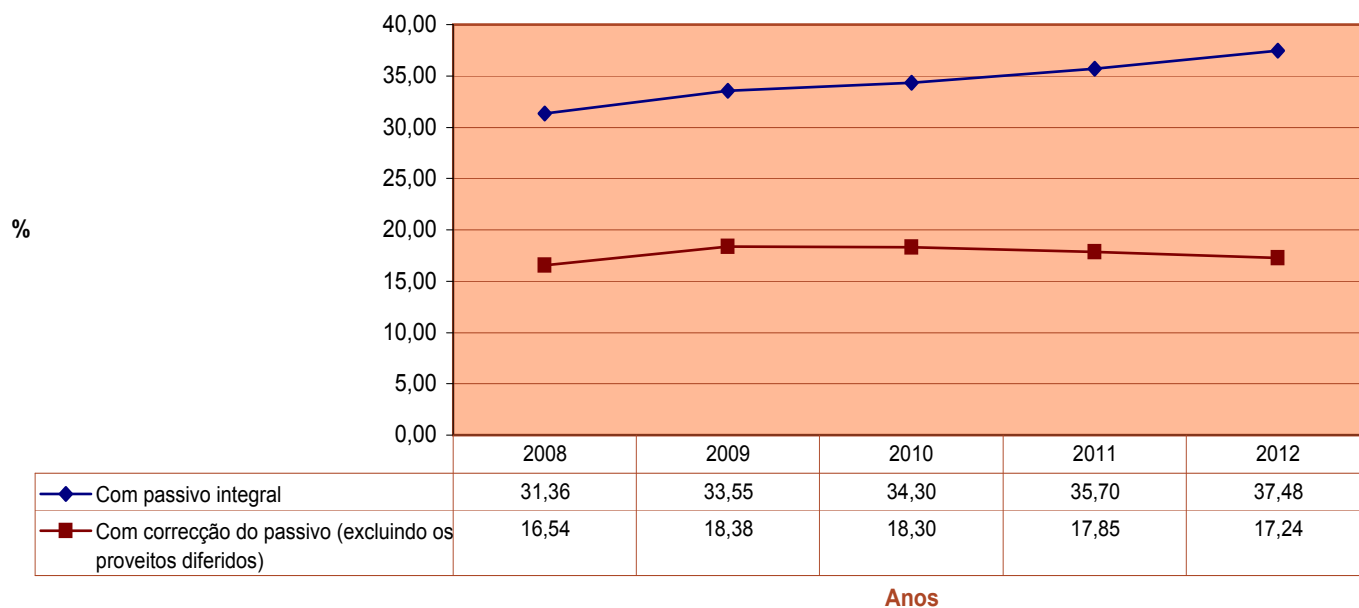
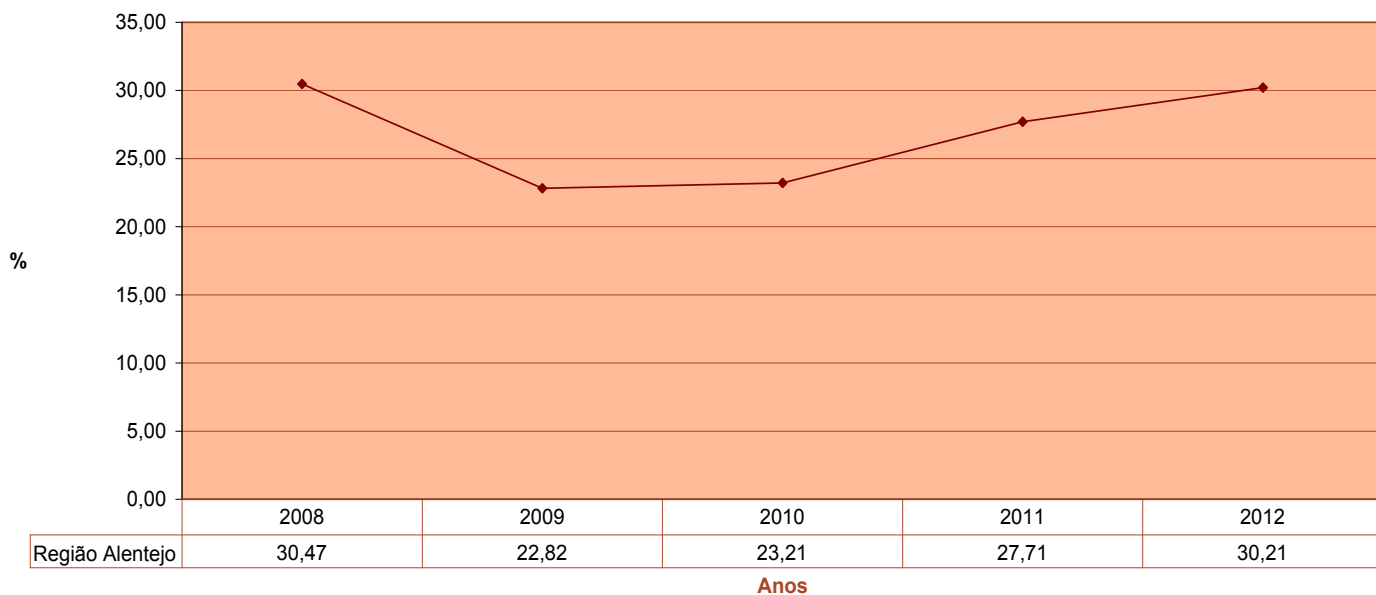
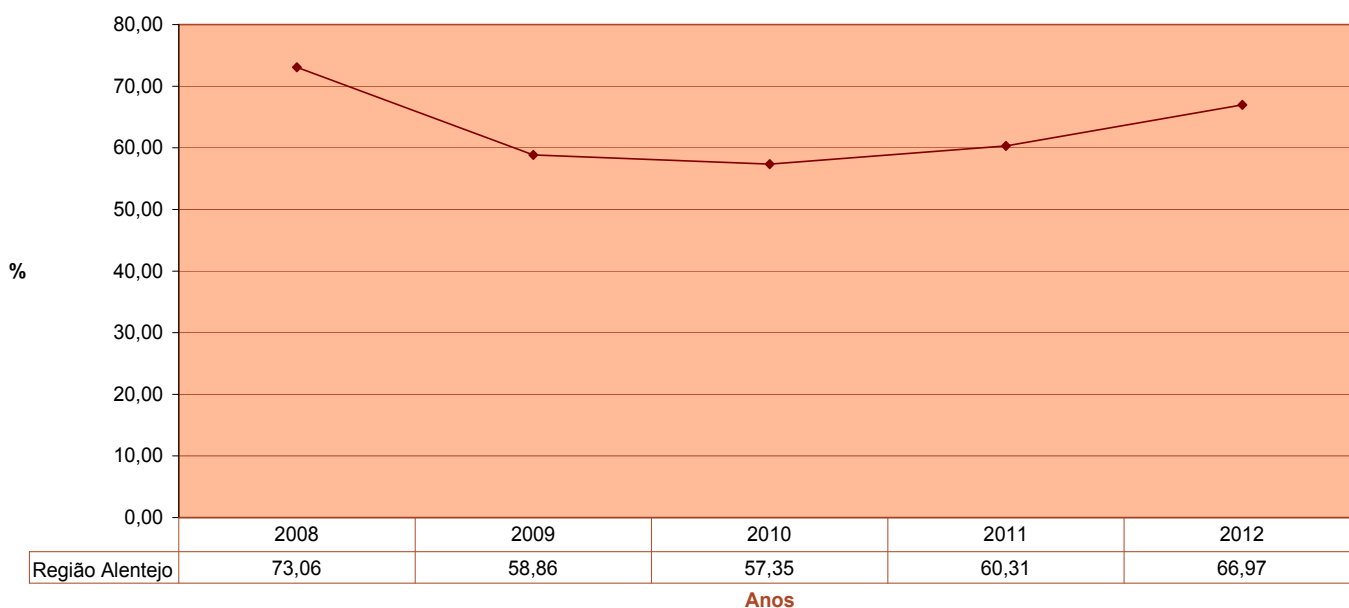


Gráfico nº 50 - (Dividas de Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos + Caixa e Bancos + Títulos Negociáveis) / (Dividas a Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos)



**Gráfico nº 51 - (Dividas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) /
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**



**Gráfico nº 52 - Grau de Liquidez Geral = (Ativo Circulante (Existências + Dívidas de
Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos)) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo)**

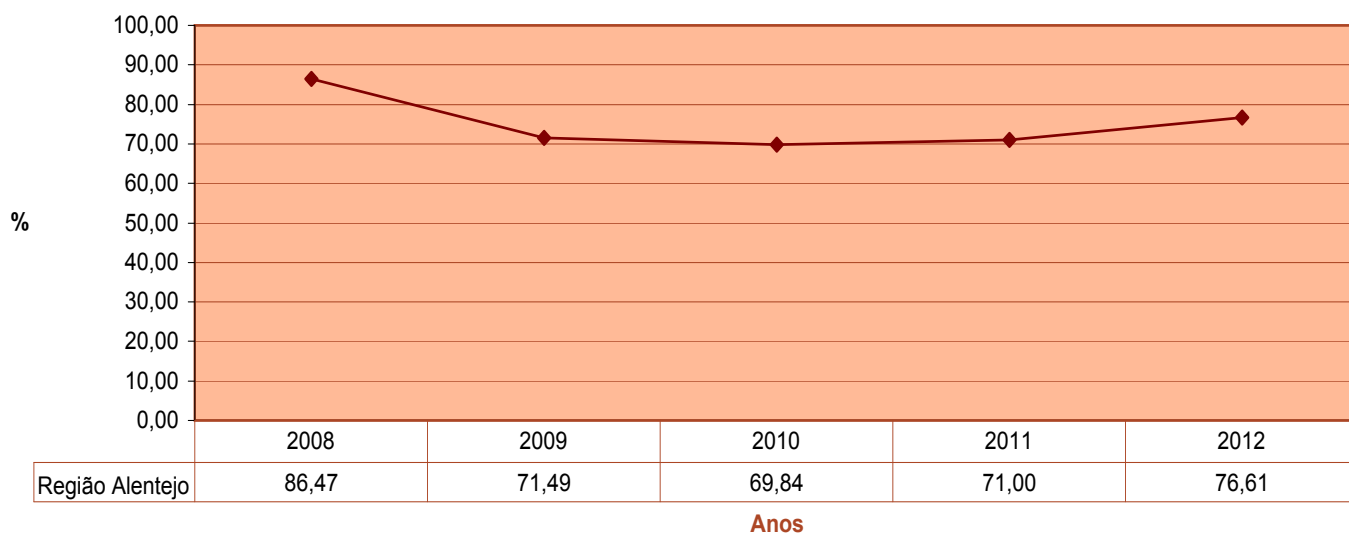


Gráfico nº 53 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

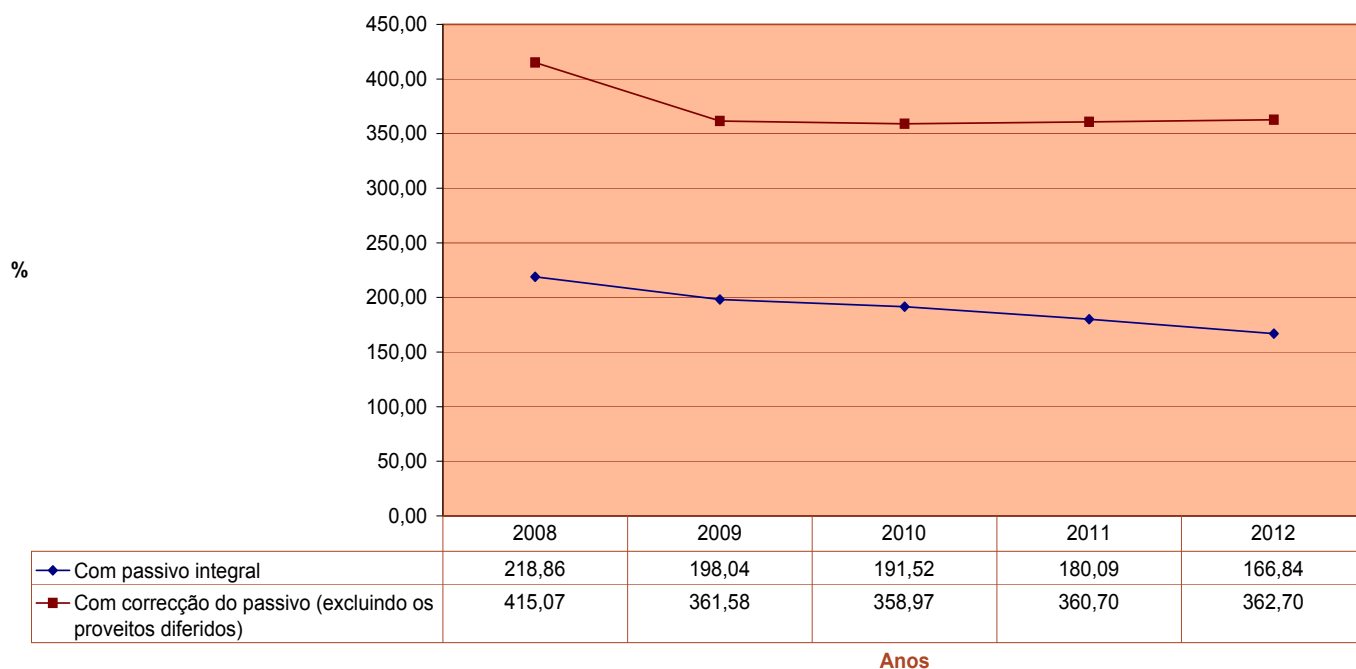
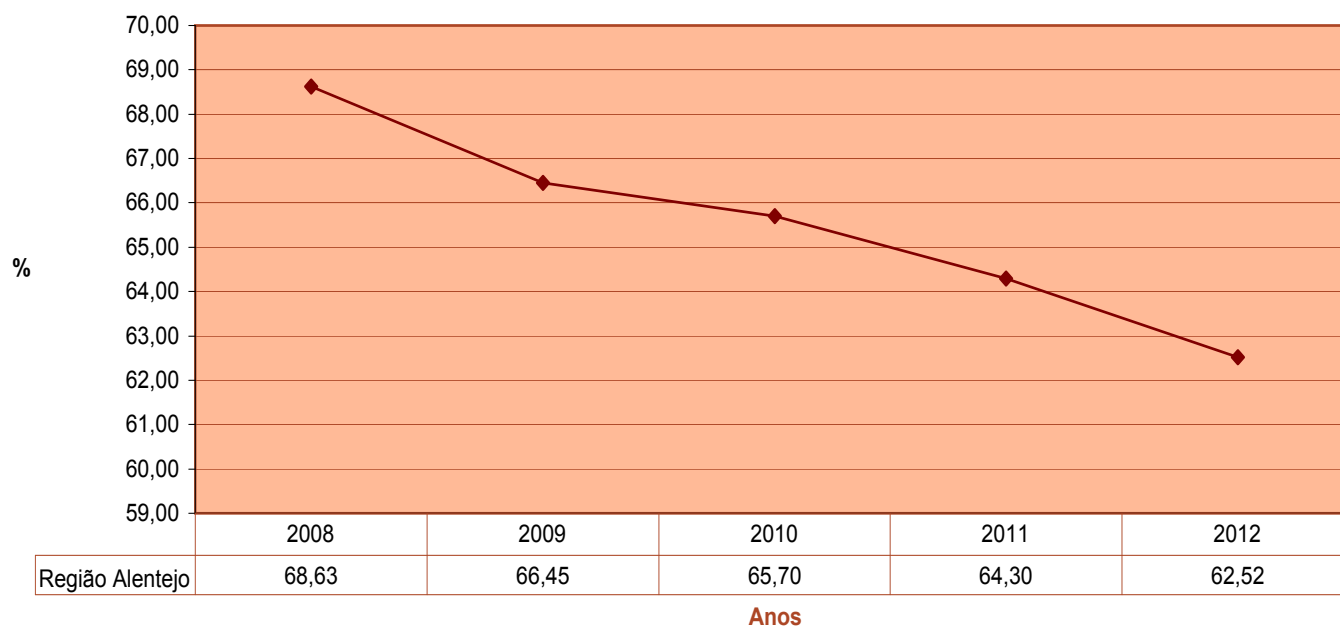


Gráfico nº 54 - Autonomia Financeira = (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



Após a análise dos vários indicadores de gestão, de carácter regional, atrás apresentados, é possível respigar as seguintes observações, registando-se:

- Uma quebra consecutiva do peso da receita dos fundos municipais do OE para 2011 e 2012, coincidindo com uma ligeiríssima subida do peso do conjunto dos impostos diretos e indiretos e da venda de bens e serviços, no total da receita entre 2011 e 2012;
- Uma quase estagnação do peso das receitas dos fundos comunitários (corrente e capital) de 2011 a 2012;
- Uma quebra consecutiva do peso da arrecadação de empréstimos no total da receita;
- Uma subida no peso das receitas próprias no total dos recebimentos, atingindo em 2012 o valor mais elevado para o período de análise;
- Uma descida (2012) no peso da despesa com pessoal no global da despesa;
- Um aumento consecutivo do peso das despesas com bens e serviços no total da despesa, passando em 2012 para o valor mais elevado do período de análise (2008/2012);
- Um ligeiro desagravamento do peso do serviço da dívida bancária;
- Uma subida do peso da aquisição de bens de capital no total da despesa;
- Um aumento na cobertura, por parte da receita própria, no total da despesa;
- Uma ligeira quebra no grau de cobertura dos fundos municipais do OE (corrente), no global da despesa agregada (pessoal, aquisição de bens e serviços, juros, transferências correntes e subsídios);
- Uma consecutiva subida na relação entre o total da dívida de terceiros + caixa e bancos + títulos negociáveis, sobre o total da dívida municipal;
- Um significativo acréscimo no que toca ao grau de cobertura da dívida a terceiros de curto prazo, pela dívida de terceiros de curto prazo e caixa e bancos;
- Um acréscimo mais vincado, em 2012, do grau de liquidez geral;
- O rácio de solvabilidade prossegue, com significado para 2012, a sua constante degradação, tendo em conta o período de análise (2008/2012), o que não acontece no cálculo com o passivo corrigido (excluindo os proveitos diferidos);
- A autonomia financeira apresenta um importante decréscimo, passando de 64,30 % em 2011, para 62,52 % em 2012.

Parte II – ANÁLISE POR UNIDADES SUB-REGIONAIS

II.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES SUB-REGIONAIS

Quadro nº 23 - Identificação das Unidades Sub-Regionais			
Unidades Sub-Regionais			
Alto Alentejo	Alter do Chão	Alentejo Litoral	Odemira
	Arronches		Alcácer do Sal
	Avis		Grândola
	Campo Maior		Santiago do Cacém
	Castelo de Vide		Sines
	Crato		
	Elvas		
	Fronteira		
	Gavião		
	Marvão		
	Monforte		
	Nisa		
	Ponte de Sor		
	Portalegre		
	Sousel		
Alentejo Central	Alandroal	Baixo Alentejo	Aljustrel
	Arraiolos		Almodôvar
	Borba		Alvito
	Estremoz		Barrancos
	Évora		Beja
	Montemor o Novo		Castro Verde
	Mora		Cuba
	Mourão		Ferreira do Alentejo
	Portel		Mértola
	Redondo		Moura
	Reguengos de Monsaraz		Ourique
	Vendas Novas		Serpa
	Viana do Alentejo		Vidigueira
	Vila Viçosa		
Unidades Sub-Regionais (níveis de população)			
H + M < 5 000	Alvito	H + M 5 000-15 000	Aljustrel
	Barrancos		Almodôvar
	Cuba		Castro Verde
	Mora		Ferreira do Alentejo
	Mourão		Mértola
	Alter do Chão		Ourique
	Arronches		Vidigueira
	Avis		Alandroal
	Castelo de Vide		Arraiolos
	Crato		Borba
	Fronteira		Estremoz
	Gavião		Portel
	Marvão		Redondo
	Monforte		Reguengos de Monsaraz
			Vendas Novas
			Viana do Alentejo
			Vila Viçosa
			Campo Maior
			Nisa
			Sousel
			Alcácer do Sal
			Grândola
H + M > 15 000	Beja		
	Moura		
	Odemira		
	Serpa		
	Évora		
	Montemor o Novo		
	Elvas		
	Ponte de Sor		
	Portalegre		
	Santiago do Cacém		

Nota: Para o critério população baseou-se nos Censos 2011

II. 2 - INDICADORES DE GESTÃO (A NÍVEL SUB-REGIONAL)

Gráfico nº 55 - (Impostos diretos + Indiretos) / Receita Total

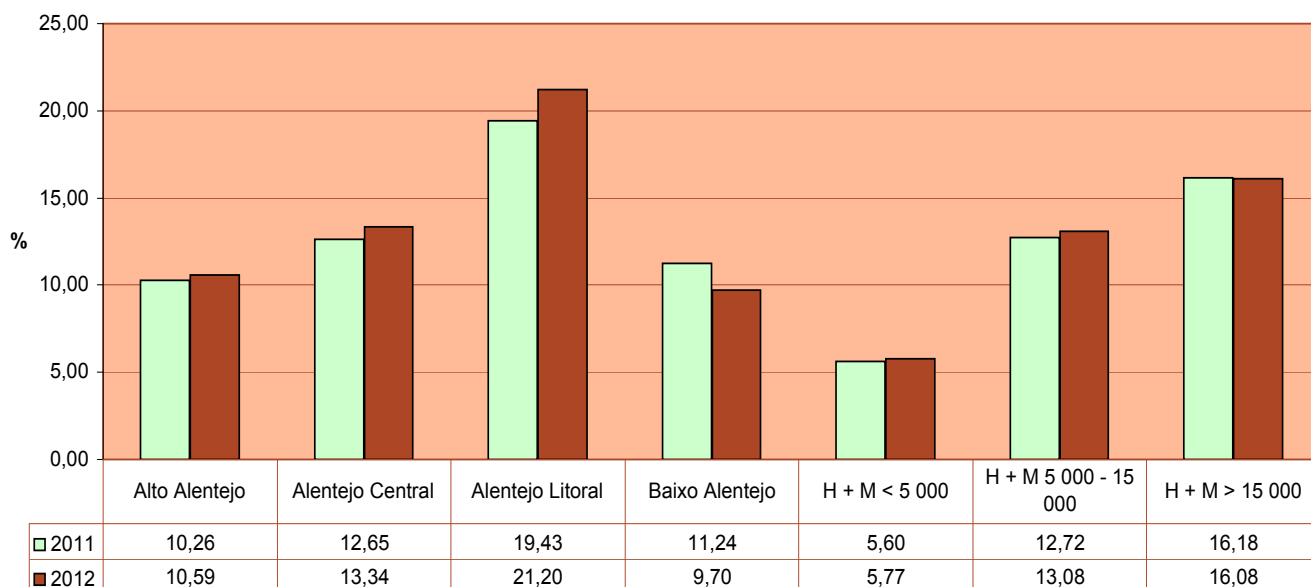


Gráfico nº 56 - Fundos Municipais (OE) (corrente e capital) / Receita Total

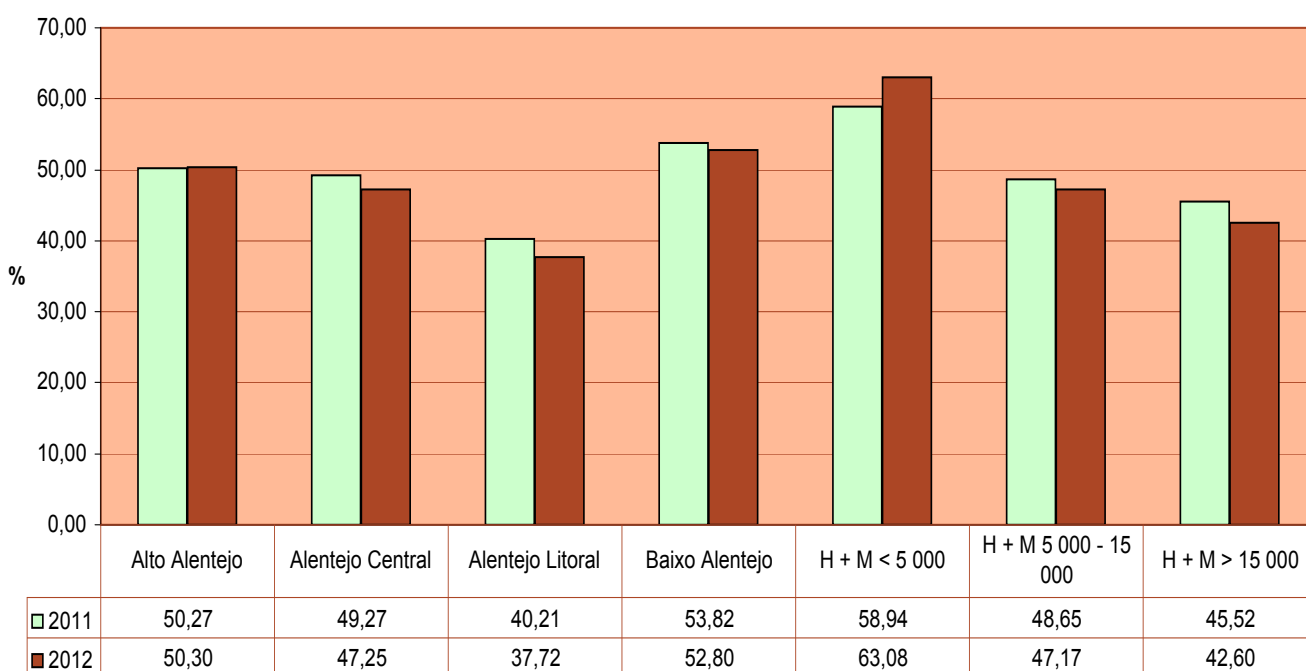


Gráfico nº 57 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

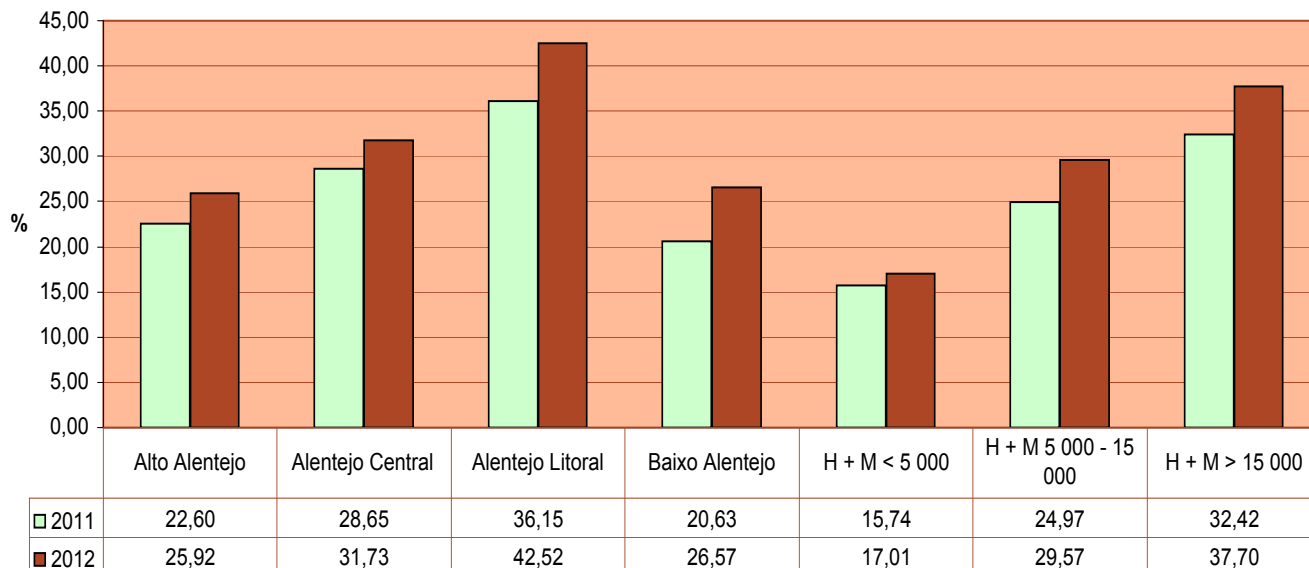


Gráfico nº 58 - Receita dos Fundos Municipais (OE) (corrente) / (Despesa com Pessoal + Aquisição Bens e Serviços + Juros + Transferências Correntes + Subsídios)

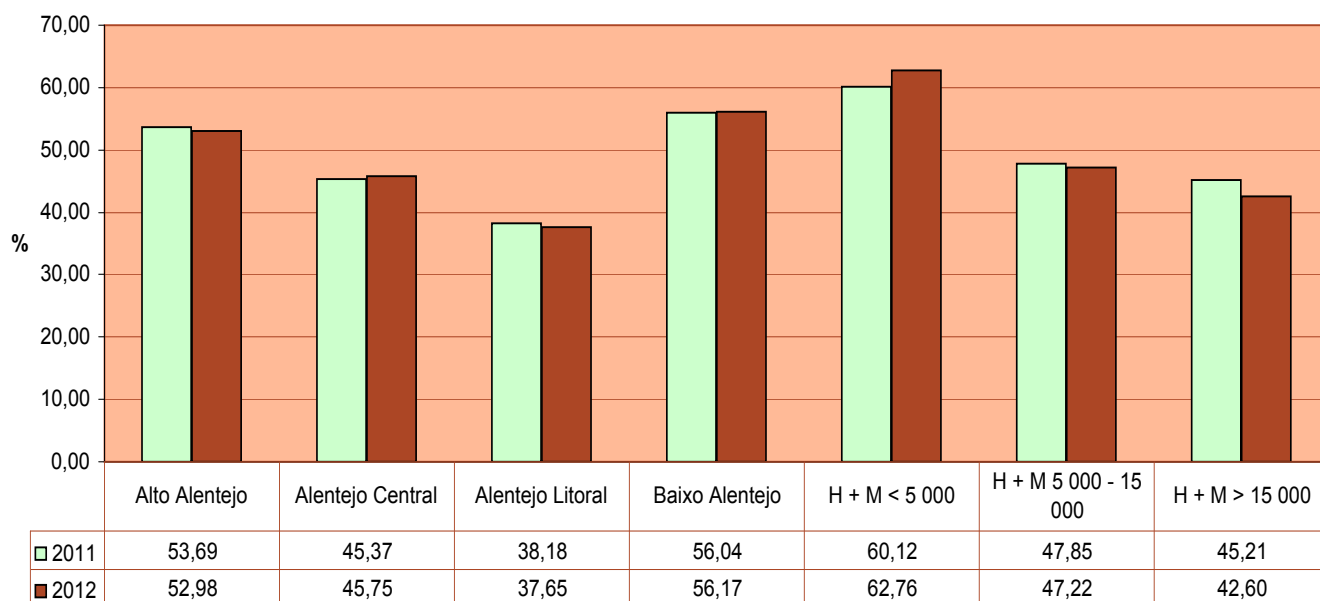


Gráfico nº 59 - (Dívidas de Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos + Caixa e Bancos + Títulos Negociáveis) / (Dívidas a Terceiros de Curto, Médio e Longo Prazos)

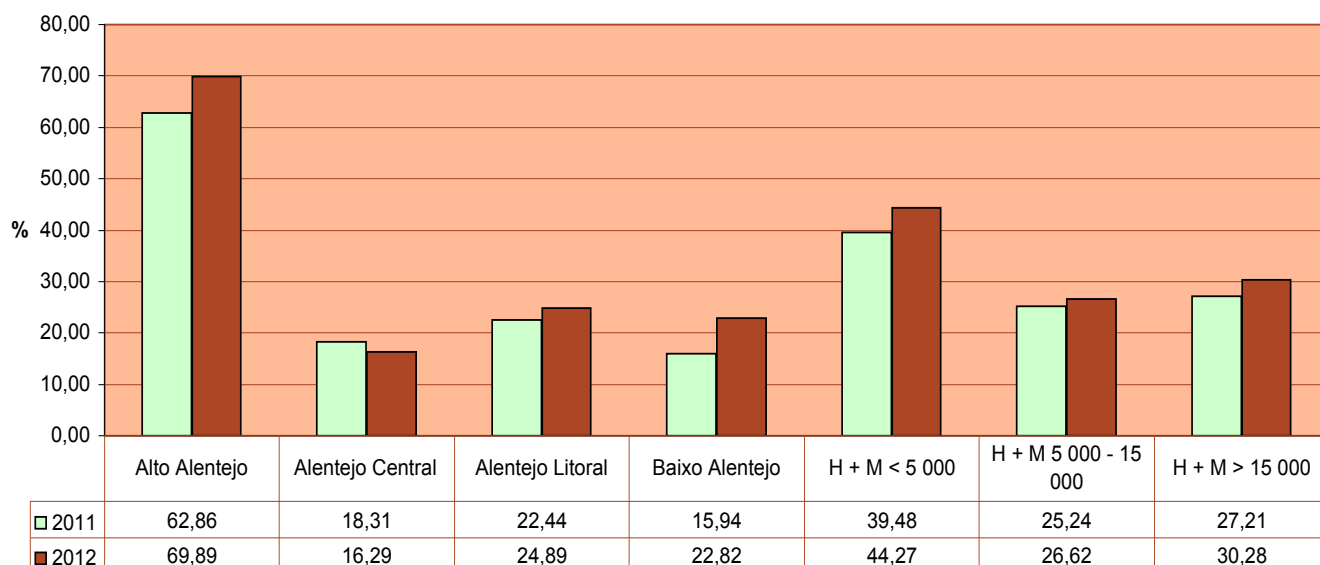


Gráfico nº 60 - (Dívidas de Terceiros Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros Curto Prazo

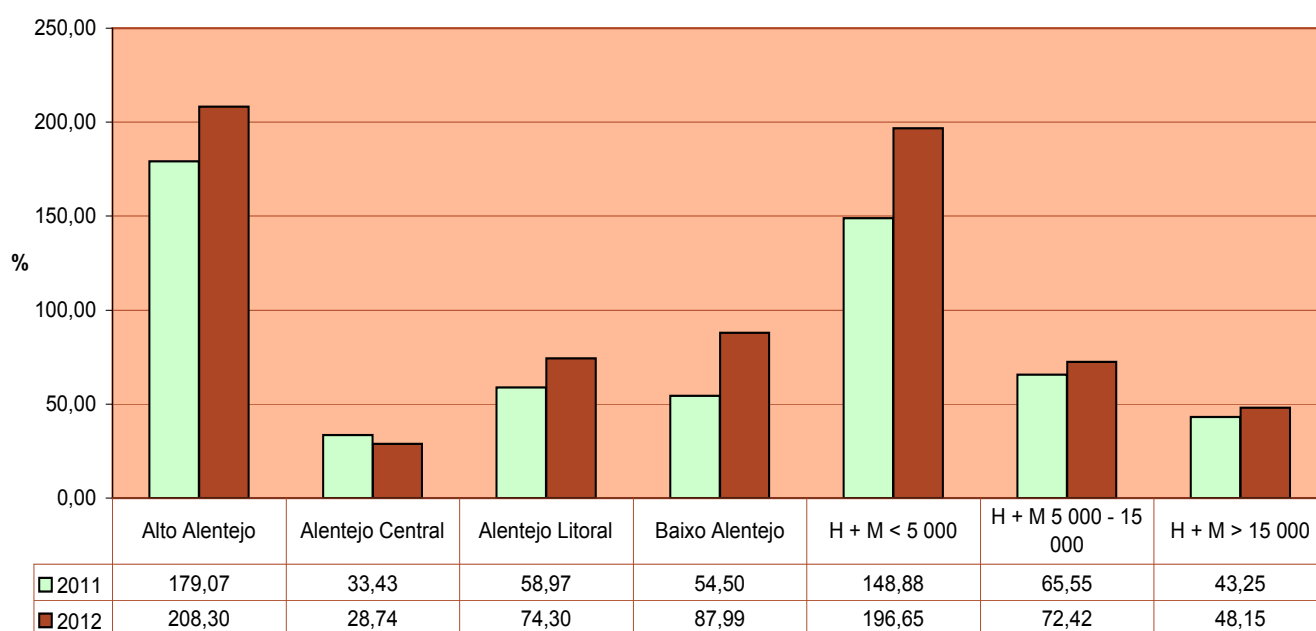


Gráfico nº 61 - Grau de Liquidez Geral (Existências+Dívidas de Terceiros de Curto Prazo+Caixa e Bancos) / Passivo de Curto Prazo

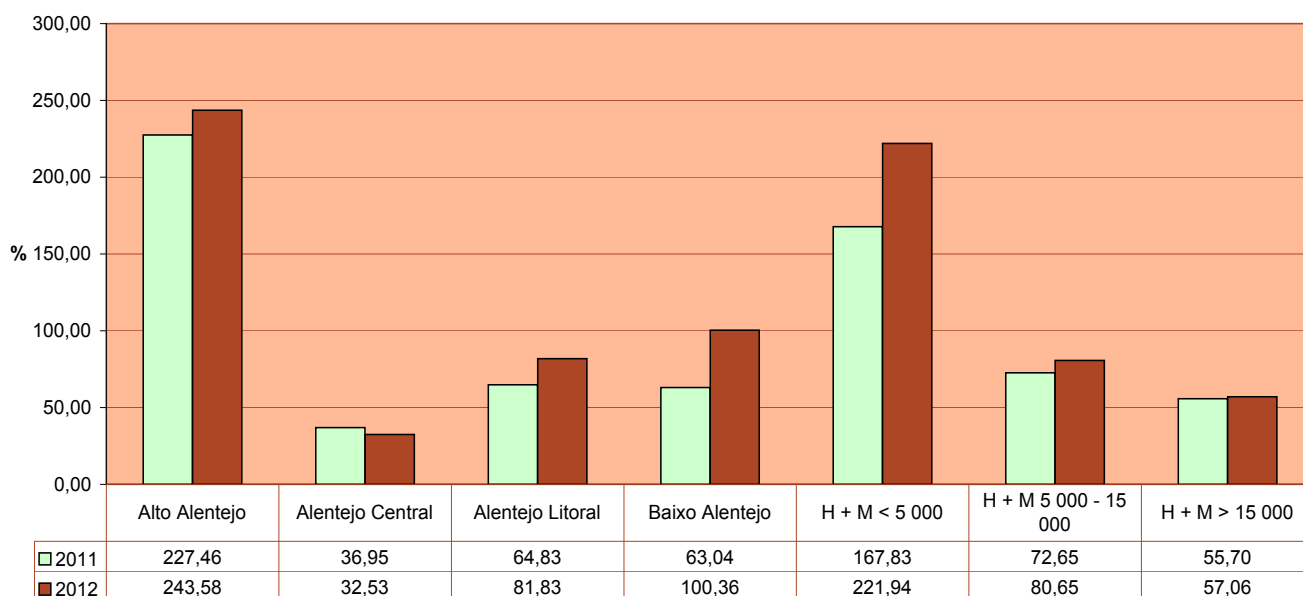


Gráfico nº 62 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)

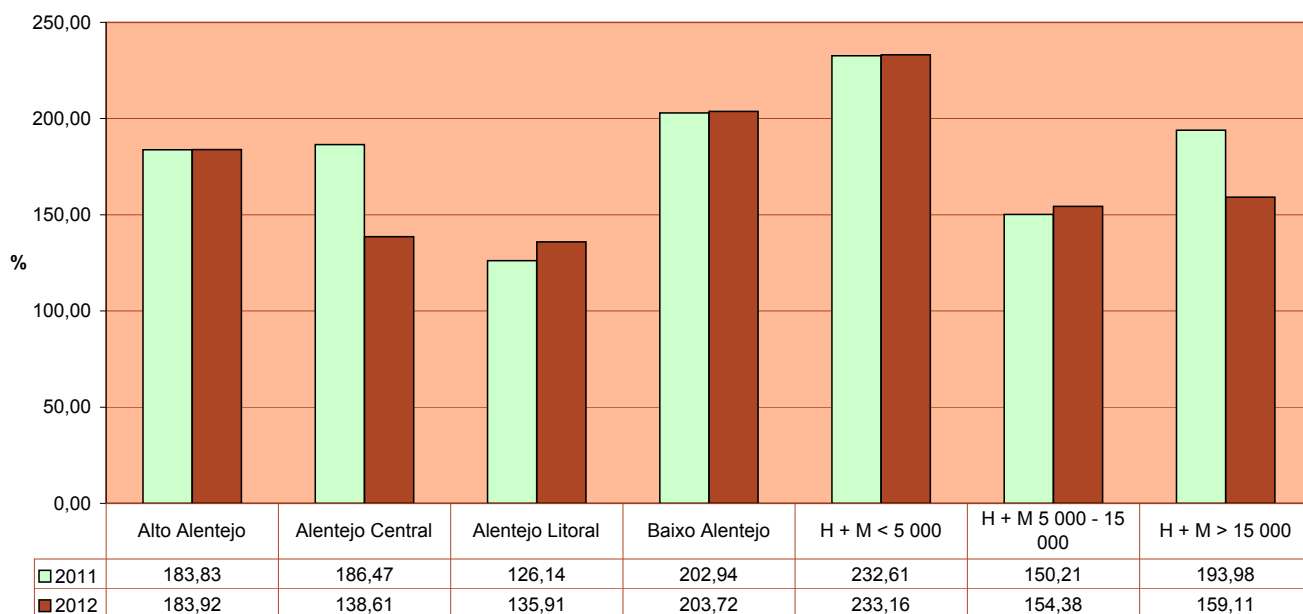
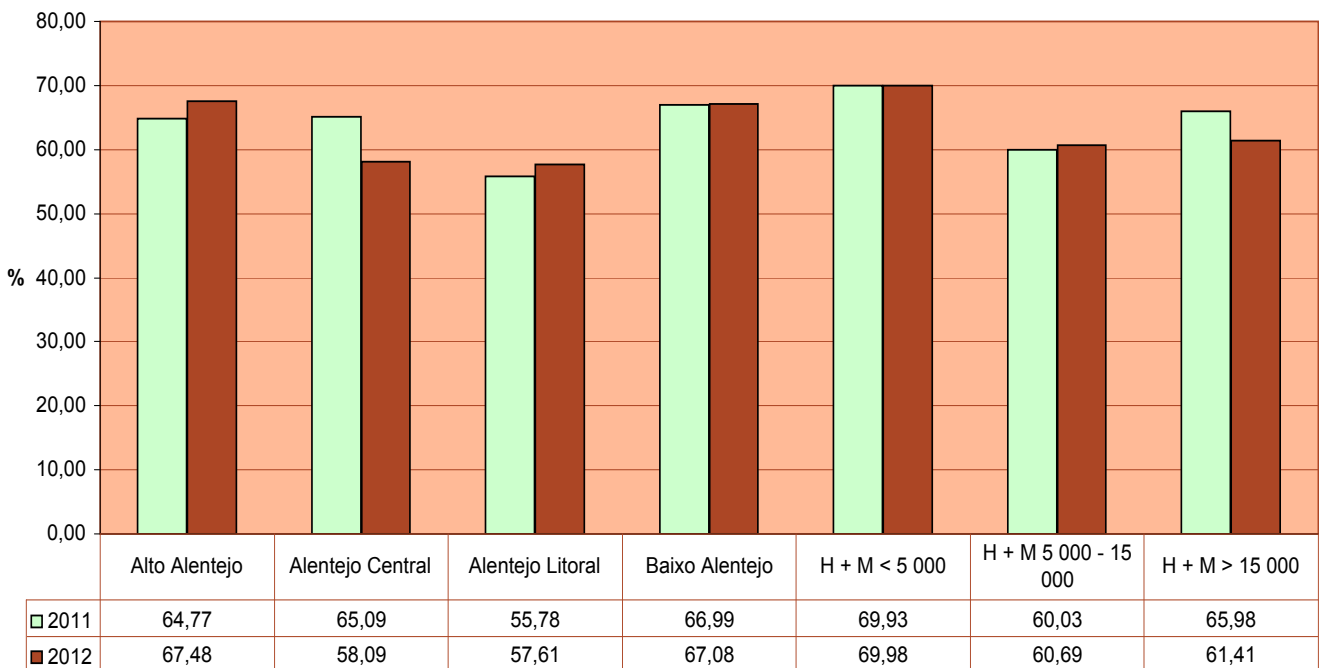


Gráfico nº 63 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



II. 3 - INDICADORES DE GESTÃO (MUNICÍPIOS CAPITAIS DE DISTRITO)

Neste ponto do relatório, no âmbito dos indicadores de gestão, pretende-se dar a conhecer a posição dos municípios capitais de distrito alentejanos com as restantes capitais de distrito de Portugal Continental.

Assim, tendo como base as prestações de contas para os exercício de 2011 e 2012 destes municípios, construíram-se, na sua forma gráfica, alguns indicadores de gestão, que se apresentam em seguida. Refira-se que, foram codificados os respectivos municípios, sendo as capitais de distrito alentejanas referenciadas como Ale 1, 2 e 3.

Gráfico nº 64 - (Dívidas a Receber Curto e Médio e Longos Prazos + Disponibilidades + Titulos Negociáveis) / Dívidas a Pagar de Curto, Médio e Longos Prazos) a) b)

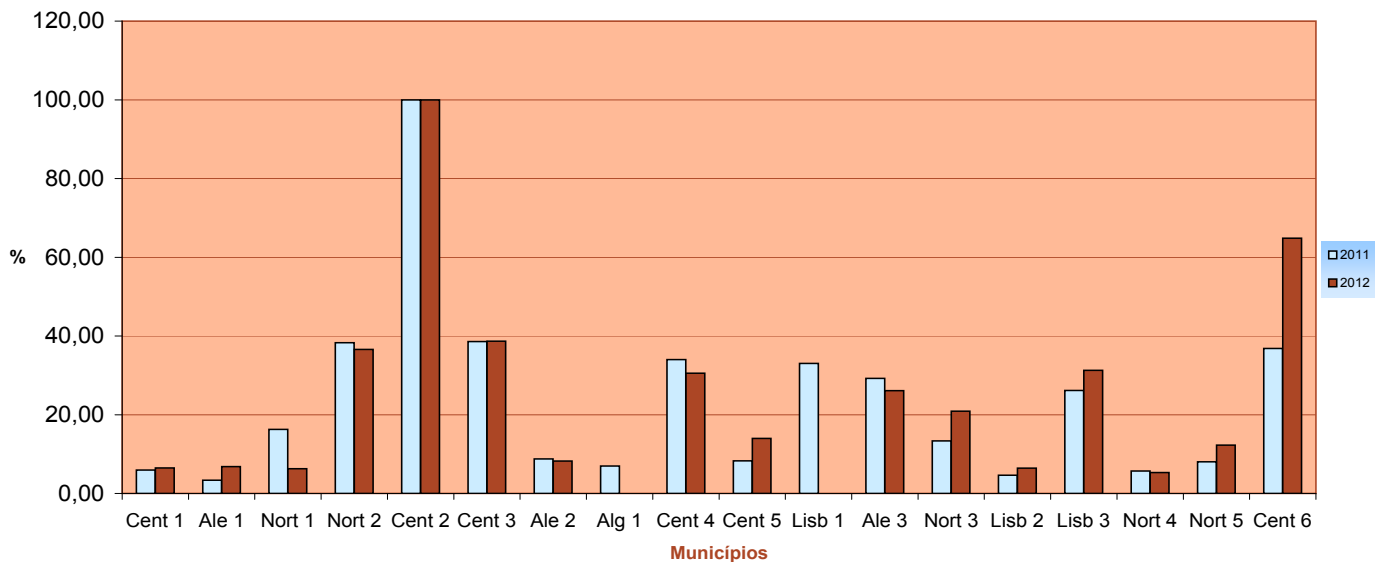


Gráfico nº 65 - (Dívidas a Receber Curto Prazo + Disponibilidades) / Dívidas a Pagar de Curto Prazo a) b)

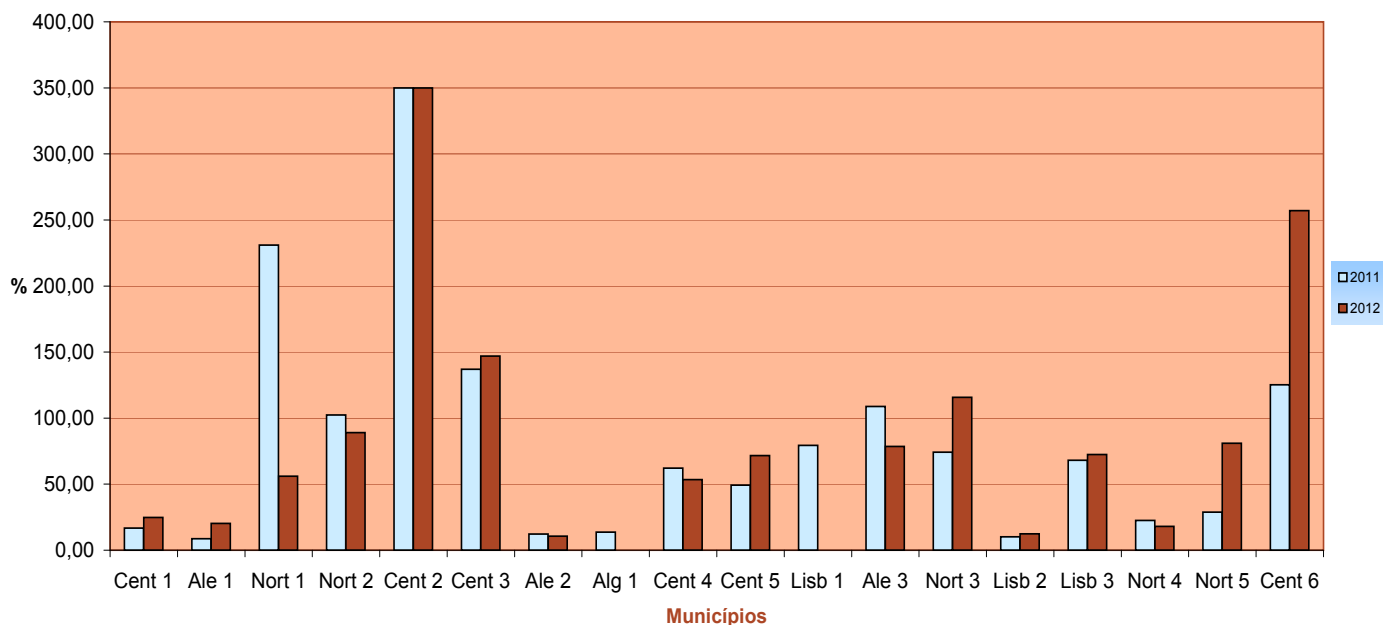


Gráfico nº 66 - Grau de Liquidez Geral (Activo Circulante (Existências+Dívidas de Terceiros Curto Prazo+Disponibilidades)/Passivos Curto Prazo) a) b)

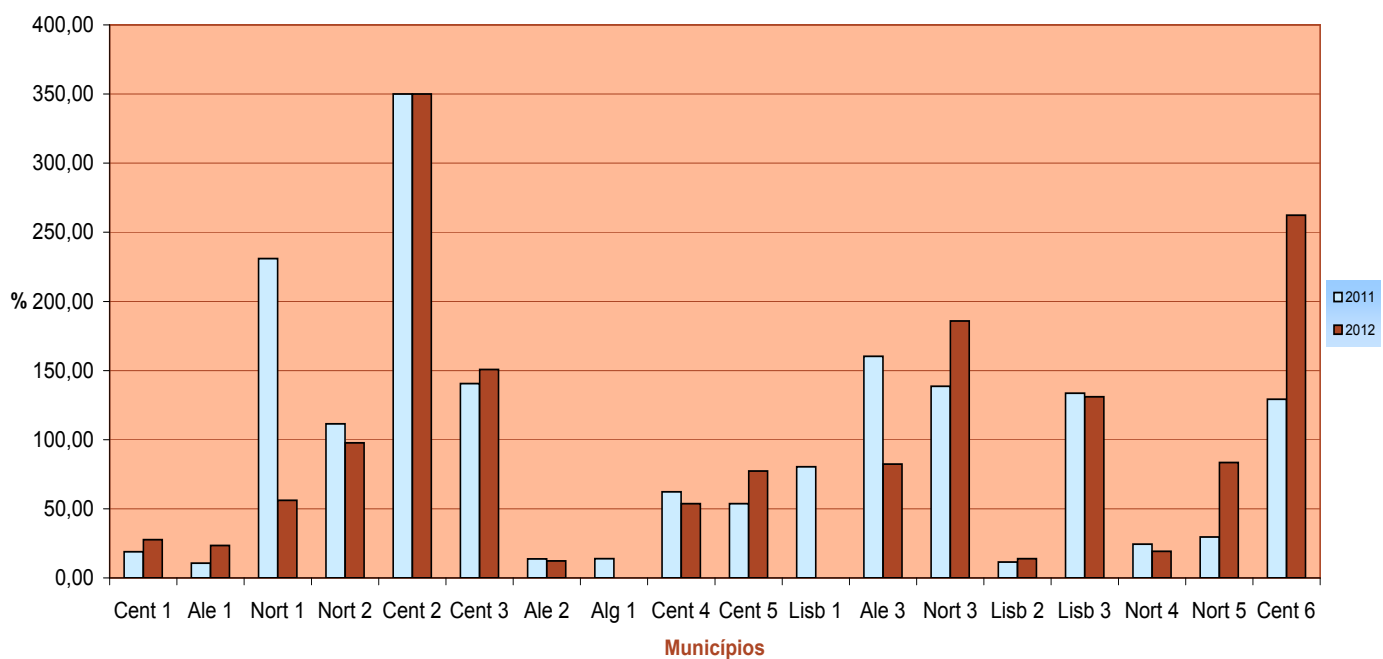


Gráfico nº 67 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo Total) b)

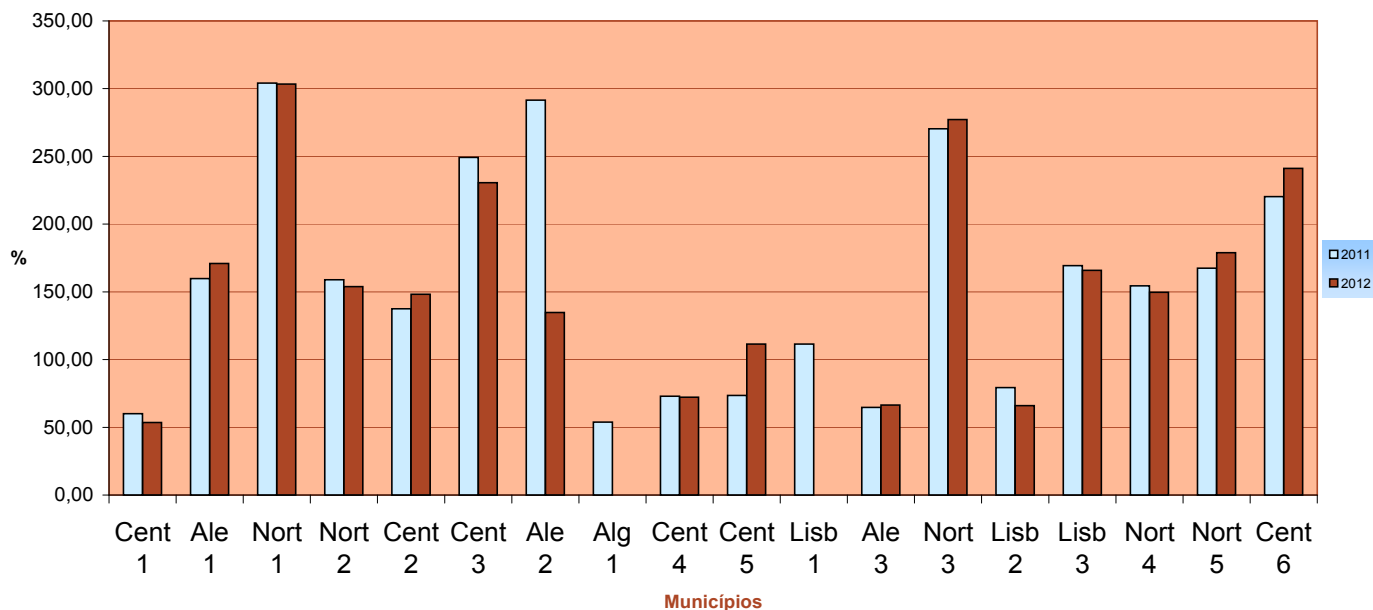
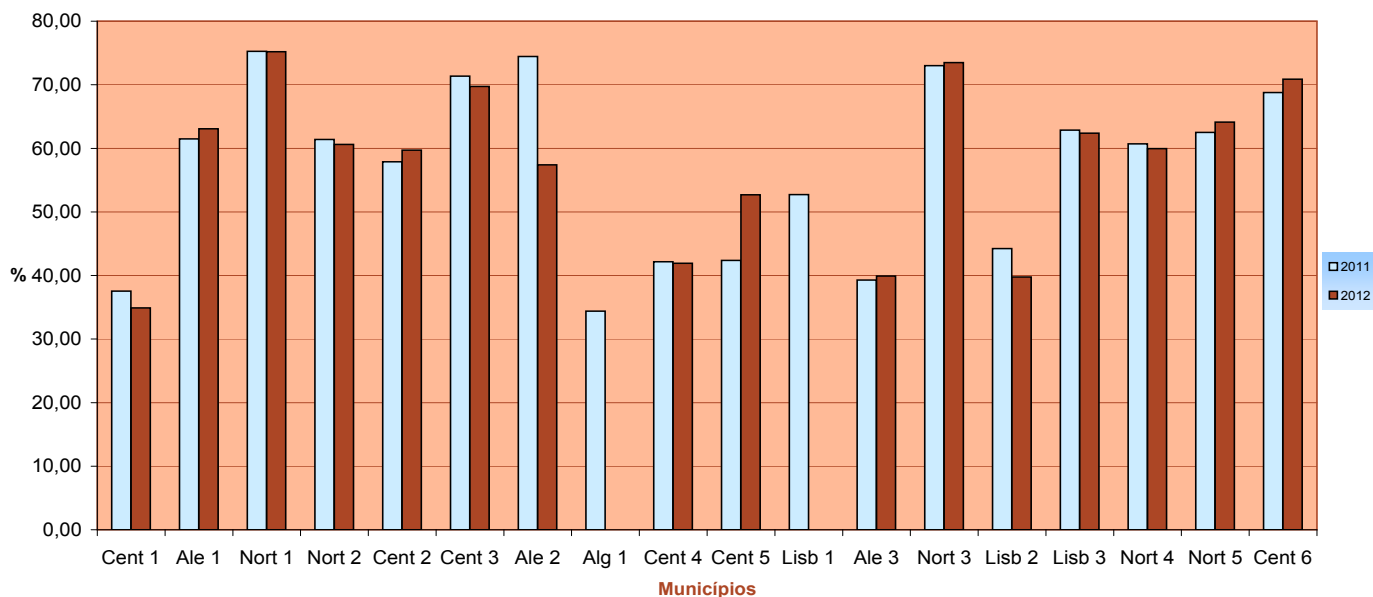


Gráfico nº 68 - Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Total) b)

**Notas:**

- **a)** O município codificado como Cent2 regista valores de indicador extremamente elevados. Para que não haja distorções na visualização do gráfico estabeleceram-se os valores de referência que constam dos respectivos gráficos.
- **b)** Até à presente data não se conseguiu obter a informação da prestação de contas de 2012 dos municípios codificados como Alg1 e Lisb1.

ANEXO I

Quadro nº 24 - Estrutura das Receitas Orçamentais

Quadro nº 24 - Estrutura das Receitas Orçamentais		
Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Directos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indirectos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Activos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
Total da Receita Corrente	Total da Receita de Capital	Total Outras Receitas
Total das Receitas		

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais

Quadro nº 25 - Estrutura das Despesas Orçamentais

Quadro nº 25 - Estrutura das Despesas Orçamentais	
Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Activos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
Total da Despesa Corrente	Total da Receita de Capital
Total das Despesas	

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais



